ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018–SSP/MA

EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP, inscrita no CNPJ sob nº. 06.354.500/0001-08, sediada na Avenida dos Franceses S/N, Vila Palmeira, São Luís – Maranhão, por intermédio de seu (sua) **Pregoeiro (a)** e **Equipe de Apoio** designada pela Portaria n.º 266 de 04 de maio de 2018, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **Pregão Presencial**, do **Tipo Menor Preço Global sob o regime de execução de empreitada por preço unitário,** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. 95492/2018-SSP, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. A licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual n° 24.629/2008, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 10.403/2015, de 29 de dezembro de 2015 e, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

A sessão pública de realização do Pregão terá início às **09:00 horas do dia 14 de setembro de 2018,** devendo os envelopes contendo as Propostas de Preços de e as Documentações de Habilitação para o objeto definido neste Edital e os respectivos Anexos serem entregues no **Auditório da Comissão Setorial de Licitação - CSL**, situada à Avenida dos Franceses S/N, Vila Palmeira, nesta Capital, na data e horário acima mencionados.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente pregão tem por objeto a **Contratação de empresa especializada e homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e/ou aplicação de peças, componentes e acessórios para aeronave modelo BK 117 C2 (EC 145),** pertencente a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão, conforme o **Termo de Referência Anexo I,** parte integrante deste Edital.

1.2. **O valor total** estimado desta licitação é de **R$ 3.577.600,00** (três milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos reais).

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2 Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, empresas:

a) que se encontrem em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;

b) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;

c) que se apresentem na qualidade de subcontratadas;

d) que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos do Estado do Maranhão;

e) suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;

f) impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;

g) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

i) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

j) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, em separado dos envelopes n°s **01** e **02**:

3.1.1 **Tratando-se de representante legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2 **Tratando-se de procurador**: instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**Anexo II**), no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a este Pregão;

3.1.2.1 Procuração por instrumento particular e Carta Credencial (**Anexo II**) deverão estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga;

3.1.2.2 Instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**Anexo II**) deverão ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.

3.1.3 Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada.

3.2 Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia **previamente** autenticada por cartório competente ou por servidor da **Comissão Setorial de Licitação – CSL**, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

3.3 A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de participar da fase de lances, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão pública do Pregão.

3.3.1 Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

3.4 Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

3.5 Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa, bem como de um mesmo representante para mais de uma empresa.

3.6 Na hipótese de substituição da pessoa inicialmente credenciada, os documentos de credenciamento serão conferidos pelo (a) Pregoeiro (a), a cada Sessão Pública realizada.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 A **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** deverão ser apresentados pessoalmente pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima mencionados, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO Nº 16/2018– SSP

PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

4.2 Não será admitida a entrega de apenas um envelope. Os envelopes, contendo a documentação, serão rubricados antes de sua abertura pelo (a) Pregoeiro (a), Equipe de Apoio e os representantes das licitantes credenciadas.

4.3 Após a entrega dos envelopes, aquele indicado como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” será rubricado pelo (a) Pregoeiro (a), Equipe de Apoio e os representantes credenciados das licitantes.

4.4 Os envelopes deverão conter, obrigatoriamente, a documentação em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão Setorial de Licitação - CSL, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.5 Não serão consideradas propostas apresentadas via internet ou fac-símile.

4.6 No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do **art. 4°, inciso IV, da Lei Federal n.º 10.520/2002**, e para a prática dos demais atos do certame, conforme **item 3**, deste Edital.

4.7 **Declaração**, em separado dos envelopes previstos no subitem 4.1, de enquadramento no art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo constate do **Anexo IV** deste Edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) única via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso, corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, com o seguinte conteúdo:

a) **Número do Pregão e nome ou razão social do proponente**, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento).

b) **Nome completo do responsável** pela assinatura do contrato, número do CPF e Carteira de Identidade.

c) **Descrição detalhada dos serviços,** em conformidade com as especificações contidas no **Anexo I – Termo de Referência deste Edital**.

d) **Proposta de Preço** discriminando todos os serviços **em algarismos** e **valor total da proposta em algarismos e por extenso**, em Real (R$), com no máximo dois algarismos após a vírgula, **já incluídos os lucros, taxas e todas as despesas incidentes** essenciais para a prestação dos serviços objeto deste Pregão;

e) **Termo de Compromisso de Cumprimento** da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Segurança e Saúde do Trabalho, podendo ser utilizado modelo constante do **Anexo VIII.**

f) **Prazo de vigência do Contrato: 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura;

g) **Prazo de validade da proposta** não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

h) **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme estabelecido no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, no modelo do **Anexo VII.**

5.2 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.3 Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos.

5.4 Nos preços ofertados deverão estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Pregão.

5.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

5.6 A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Maranhão, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Estadual.

5.7 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da Proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

5.8 A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da Proposta não será causa de desclassificação.

5.8.1 Caso os prazos de vigência do contrato e validade da proposta sejam omitidos na Proposta de Preços, o (a) Pregoeiro (a) entenderá como sendo igual aos previstos no **item 5.1**, alíneas **“f”** e **“g”.**

5.9 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9.1 Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 60 (sessenta) dias antes de findo o prazo de validade.

5.10 A cotação e os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

5.11 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

5.12 Não se admitirá Proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.13 A adequação da Proposta não poderá acarretar majoração de seu valor global.

5.14 Não se admitirá Proposta que apresentar alternativa de Preços.

5.15 Após a apresentação da Proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo (a) Pregoeiro (a).

5.16 A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeito às penalidades estabelecidas no **item 13** deste Edital.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Serão proclamados, pelo (a) **Pregoeiro (a)**, os licitantes que apresentarem as propostas de **menor preço global,** e todas em ordem crescente de preço e a verificação de sua conformidade, serão selecionados para a fase de lances os licitantes que tenham apresentado propostas em valores superiores em até **10% (dez por cento)**, relativamente à de menor preço.

6.2. Quando não forem identificadas, no mínimo, **03 (três)** propostas escritas com preços em conformidade com o definido no subitem anterior, o Pregoeiro fará o ordenamento das melhores ofertas, até o máximo de **03 (três)**, colocadas em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, conforme o disposto no artigo 4º, inciso IX, da Lei 10.520/2002.

6.3. Aos proponentes proclamados conforme os subitens anteriores serão dados oportunidades para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e **decrescentes,** a começar pela Licitante detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valor para a escolha das propostas de **menor preço**.

6.4. A Licitante poderá oferecer somente lance inferior ao último ofertado.

6.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

6.6. Encerrados os lances, as **propostas de microempresa e de empresas de pequeno porte** que se encontrarem na faixa até 5% (cinco por cento) acima do menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada, devendo estas proponentes serem convocadas na ordem de classificação, uma na falta da outra, para fazer uma única e última oferta, inferior à da primeira colocada, visando o desempate.

6.6.1. Aplica-se o disposto neste item somente no caso de a proposta inicialmente mais bem classificada não ter sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte.

6.7. Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **menor preço global.**

6.8. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto da proposta com o menor lance, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito e divulgando o resultado do julgamento.

6.9. Sendo aceitável a oferta, o Pregoeiro procederá à abertura do **envelope nº 02** contendo a documentação da licitante classificada em primeiro lugar, para verificar suas condições habilitadoras, consoante às exigências deste Edital.

6.10. Se a proposta escrita de Menor Preço não for aceitável ou se a respectiva licitante desatender às exigências habilitadoras, será examinada a oferta seguinte e a sua aceitabilidade, procedida à habilitação da licitante que tiver formulado tal proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições deste Edital.

6.11. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que levaram a inabilitação (Artigo 48, § 3º, da Lei Federal n° 8.666/93).

6.12. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no **item 7**, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas no **item 13**.

6.13. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no **subitem 7.1.2, alíneas "c"** a **"f"**, mesmo que esta apresente **alguma restrição**, assegurado, todavia, o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a contar do momento que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para reapresentação da documentação devidamente regularizada.

6.13.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito de não ser preterido na hipótese de contratação administrativa, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8666/93.

6.13.2. Neste caso, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, ou revogar a licitação.

6.13.3. Este benefício será concedido somente às empresas que atenderem ao disposto no **item 4.7** deste Edital.

6.14. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de menor preço, no sentido de que seja obtido o melhor preço.

6.15. Caso tenha ocorrido lance/negociação, o licitante proclamado vencedor obriga-se a apresentar e protocolar na Comissão Setorial de Licitação – CSL/SSP/MA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da lavratura da ata da sessão, nova Proposta de Preços, ajustada ao lance final e vencedor.

6.15.1. Considerada a nova proposta regular, quanto ao valor e demais exigências do Edital, o objeto desta licitação será adjudicado à empresa declarada vencedora.

6.15.2. A não apresentação da nova proposta no prazo determinado no **item 6.15** e ainda na hipótese da inadequação da nova proposta, implicará na desclassificação do licitante e decadência do direito à contratação, cabendo ao Pregoeiro, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, convocar os licitantes remanescente na ordem de classificação dos lances para dar continuidade ao Pregão, podendo inclusive reabrir a fase de lances.

6.16. Serão **desclassificadas** aquelas propostas que:

6.16.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

6.16.2. Forem omissas ou as que apresentem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento;

6.16.3. Ofertarem preços excessivos ou preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os praticados no mercado.

6.16.3.1 Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.16.4. Apresentarem preço unitário ou global, superior ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido os valores constantes do Termo de Referência (Anexo I).

6.17 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser **efetuadas diligências**, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.18 Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do Licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que **não haja majoração do preço ofertado.**

6.19. As **Propostas de Preços** e os **Documentos de Habilitação** serão rubricados, pelo Pregoeiro, pela sua Equipe de Apoio e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão deste Pregão. (Artigo 43, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993).

6.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

7 DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

7.1 Os licitantes deverão apresentar a Documentação de Habilitação em 01 (uma) via, no Envelope nº 02, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no **item 4.1** deste Edital, contendo os seguintes documentos referentes à:

7.1.1 **Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades simples, de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ);

b) Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da **Certidão Única**, referente a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assim como a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014.

d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

- **Certidão Negativa de Débitos Fiscais;**
- **Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.**

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, relativa ao **ISSQN** – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante a:

- **Certidão Negativa de Débitos Municipais;**
- **Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;**

f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do **CRF - Certificado de Regularidade do FGTS**.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da **CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

7.1.3 A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação do:

7.1.3.1 **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou

balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa baseada nas condições seguintes:

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índices financeiros utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores ali estabelecidos:

a.1) Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), resultantes do cálculo com a aplicação das seguintes fórmulas, maior ou igual a 1,0 (um):

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1{,}00$$

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq 1{,}00$$

b) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, **Capital Social ou Patrimônio Líquido** no valor mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

7.1.3.1.1 As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro, devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do **Balanço de Abertura** devidamente registrado na Junta Comercial, com Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo estabelecido na alínea “b” acima.

7.1.3.1.2 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial ou;

b) Publicados em jornal de grande circulação ou;

c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

d) Por cópia do **Livro Diário**, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da **Instrução Normativa n° 11, de 05 de dezembro de 2013**, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, acompanhada obrigatoriamente dos **Termos de Abertura e Encerramento**

7.1.3.2 Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

7.1.3.3 **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, quando não vier expresso o prazo de validade.

7.1.4 **A Qualificação Técnica será comprovada através de:**

a) Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante executou ou executa serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços descritos neste Termo de Referência **ou execução de serviços análogos em aeronaves bi turbina a reação, de porte médio ou superior;**

b) Declaração expressa da licitante de que a mesma dispõe de instalações, aparelhamento, ferramentas e pessoal técnico adequados e disponíveis ao cumprimento do objeto da licitação, de acordo com o cronograma de manutenção da aeronave.

c) Apresentação de Certificado de Organização de Manutenção - COM pela licitante emitido pela a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, juntamente com seu adendo, de forma a comprovar a autorização para a execução de todos os serviços citados neste Termo. A licitante deverá estar homologada, no mínimo, nos seguintes padrões:

- **Categoria Célula: Classe 4**
- **Categoria Motor: Classe 3**

7.2 Outros Documentos

7.2.1 **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão**, de acordo com o art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040/2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão.

7.2.2 **Declaração** de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998, nos termos do **Anexo V**.

7.3 A apresentação do **Certificado de Registro Cadastral – CRC**, expedido por órgão da Administração Estadual, ou de outro órgão da Administração Pública Federal ou de outros Estados, substituirá os documentos enumerados nos **subitens 7.1.1** e **7.1.2 (alíneas "a"** e **"b")**, obrigando-se a licitante a apresentar o referido Certificado acompanhado da **Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da sua Habilitação** (**Anexo III**).

7.3.1 O **Certificado de Registro Cadastral – CRC** deve exibir a situação e os dados cadastrais da empresa, seja no próprio documento ou em outro que o acompanhe, a exemplo da Declaração que complementa o CRC/SICAF.

7.4 É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

7.5 A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do Processo Administrativo e não será devolvida a licitante.

7.6 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

7.7 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

7.8 O (A) Pregoeiro (a) se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

7.9 Conforme disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, conforme Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar n° 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas **no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 Quando todas as licitantes forem consideradas inabilitadas, a administração poderá fixar o prazo de **08 (oito) dias úteis** para a apresentação de novos envelopes, escoimadas das causas que inabilitaram. (Artigo 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993).

8 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão **até 02 (dois) dias úteis antes** da data fixada para recebimento das propostas, conforme art. 18 do Decreto Estadual nº 24.629/2008.

8.1.1 A apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimento contra o presente Edital, deverá ser encaminhado para o (a) Pregoeiro (a), devendo ser entregue diretamente no Setor de Licitação- CSL/SSP, na Avenida dos Franceses S/N, Vila Palmeira, nesta Capital, onde será processada e julgada na forma e nos prazos previstos em lei.

8.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.3 Caberá ao (à) **Pregoeiro (a)** decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.4 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9 DOS RECURSOS

9.1 Dos atos do (a) Pregoeiro (a) neste processo licitatório, poderá a licitante, ao final da sessão pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrada em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

9.2 A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

9.3 Caberá a licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da lavratura da citada Ata, nos casos de:

a) Julgamento das Propostas;

b) Habilitação ou Inabilitação da licitante.

9.4 Ciente as demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contrarrazões também em **03 (três) dias** úteis, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme o art. 3°, inciso XVIII da Lei 10.520/2002.

9.5 Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 Se não reconsiderar sua decisão, o (a) Pregoeiro (a) submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Secretário de Estado da Segurança Pública, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.7 Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Secretário de Estado da Segurança Pública adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

10 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO.

10.1 Não havendo interposição de recursos quanto ao resultado da licitação ou após o seu julgamento o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, submetendo tal decisão ao **Secretário de Estado da Segurança Pública** para homologação.

10.2 Após a homologação do resultado deste **Pregão**, a licitante adjudicatária será convocada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o Contrato, na forma da minuta **Anexo VI**, adaptado à Proposta vencedora, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

10.3 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.4 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

10.5 É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato de assinatura do Contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de preços já estabelecida, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas no **item 13** deste Edital.

10.6 As licitantes remanescentes serão notificadas da retomada da sessão no prazo de **02 (dois) dias úteis** para a abertura da sessão, ocasião em que deverão reapresentar os Documentos de Habilitação relacionados no **item 7.1**, devidamente atualizados.

10.7 Na sessão de reabertura, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma Proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.8 O **Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

10.9 Como condição para a assinatura do Contrato, a **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, procederá consulta prévia ao **Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI** para a verificação da situação da Adjudicatária em relação às obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, consoante determina o art. 5° da Lei Estadual n° 6.690, de 11 de junho de 1996.

10.10 Constatada a existência de registro da CONTRATADA no CEI, a CONTRATANTE não realizará os atos previstos neste item, por força do disposto no art. 7°, da Lei Estadual n° 6.690, de 11 de julho de 1996.

10.11 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária estabelecida no Maranhão, deverá apresentar:

a) **Certidão Negativa de Débito com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão-CAEMA**, consoante determina o Decreto Estadual nº 21.178/2005;

b) **Certificado de Regularidade**, expedido pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Maranhão, consoante determina a Lei Estadual nº 9.752/2013

10.12 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

11 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

11.1 O Contrato Administrativo será celebrado entre o Estado do Maranhão, por intermédio da **Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP**, e a licitante adjudicatária, observada as disposições da Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes à espécie.

11.2 Constam na Minuta do Contrato (**Anexo VI**) as condições e a forma de execução dos serviços, pagamentos, reajuste, sanções, rescisão e demais obrigações das contratantes, fazendo parte integrante deste Edital.

11.3 O **prazo de vigência do Contrato** será contado da data de sua assinatura pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.4 A Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Pregão, em especial no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto.

12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após os serviços efetivamente realizados e atestados, mediante apresentação da Nota Fiscal discriminativa, acompanhada da fatura e devidamente atestada por servidor designado para este fim, por meio de ordem bancária emitida em nome da proponente vencedora, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, devendo a Contratada, na oportunidade, estar cadastrada no **SIAGEM** e **SIAFEM.**

12.2 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à proponente ou inadimplência contratual.

12.3 A **Secretaria de Estado da Segurança Pública** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço ofertado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

12.4 Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **subitem 12.1**, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.

12.5 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Secretaria de Estado da Segurança Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) **Multa de 0,33%** (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.

c) **Multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE**,** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

13.3 As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

13.4 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

13.5 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da adjudicatária, na forma da Lei.

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 19.000 – Secretaria de Estado da Segurança Pública;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 19.101 – SSP;

Função: 06;

Subfunção: 181;

PROGRAMA: 0577;

PROJ/ATIV: 4832-2;

Natureza de Despesa: 339039 e 339030

PI: CTAMANUTENC-SSP;

Fonte de Recurso: 0101.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

15.2 É facultado ao (à) Pregoeiro (a), em qualquer fase da licitação, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa integrante ou não do quadro da Administração

Estadual, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta/documentação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

15.3 O **Secretário de Estado da Segurança Pública** poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme disposto no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

15.4 Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:

a) A anulação do Pregão induz à do Contrato;

b) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;

c) As licitantes ou fornecedores não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

15.5 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.6 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Maranhão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 No interesse da Administração, sem que caibam aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a data da abertura desta licitação e alteradas as condições do presente Edital.

15.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

15.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.10 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

15.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual n° 24.629/2008 e no que couber, Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais do direito.

15.12 A abertura dos envelopes Proposta e Documentação será sempre realizada em sessão pública, devendo ser elaborada a Ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pelos membros da Equipe de Apoio, por profissionais que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, seja com relação às propostas ou à documentação, e pelos representantes das licitantes presentes.

15.13 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes **Proposta** e **Documentação** em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em Ata e a continuação dar-se-á em Sessão a ser marcada.

15.14 Os envelopes não abertos, obrigatoriamente rubricados no fecho pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do(a) Pregoeiro(a) e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

15.15 O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, proferindo-se em sessão pública, ou mediante publicação na Imprensa Oficial.

15.16 Os envelopes contendo os documentos de habilitação não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da **Comissão Setorial de Licitação - CSL**, até 30 (trinta) dias a contar da data da Adjudicação do objeto desta Licitação ao vencedor do certame, após o que serão destruídos pelo (a) Pregoeiro (a), independentemente de notificação ao interessado;

15.17 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na **Secretaria de Estado da Segurança Pública-SSP**.

15.18 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

15.19 Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na página **www.ssp.ma.gov.br** ou na **Comissão Setorial de Licitação - CSL**, na **Avenida dos Franceses S/N, Vila Palmeira**, **São Luís/MA**, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 18 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o recolhimento da importância de R$ 15,00 (quinze) reais, feito, exclusivamente, através do Documento de Arrecadação de Receita Estadual – DARE, emitido "via internet", no site www.sefaz.ma,gov.br, código da receita 206 - FESP.

15.20 As eventuais alterações e esclarecimentos aos termos do Edital serão disponibilizados na página **www.ssp.ma.gov.br** e na CSL/SSP.

15.20.1 Os interessados que retirarem a cópia digital deste Edital no endereço eletrônico informado no item 15.19, deverão preencher o formulário disponível e enviá-lo para o *e-mail* **cpl.ssp.ma@gmail.com**, informando contatos telefônicos e eletrônicos para o recebimento

de comunicados e notificações sobre atualizações que, porventura, ocorrerem durante o processo licitatório.

15.21 Ao adquirir o Edital na **Comissão Setorial de Licitação – CSL**, o interessado deverá declarar estar ciente da necessidade de acompanhamento, na página **www.ssp.ma.gov.br** de eventuais notificações e comunicações.

15.22 São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Carta Credencial;

Anexo III - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação;

Anexo IV - Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V - Modelo de Declaração de Pessoa Jurídica;

Anexo VI - Minuta do Contrato;

Anexo VII - Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;

Anexo VIII - Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Segurança e Saúde no Trabalho.

São Luís (MA), 20 de agosto de 2018.

Rosirene Travassos Pinto

Pregoeira Oficial – SSP/MA

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 -SSP/MA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada e homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e/ou aplicação de peças, componentes e acessórios para aeronave modelo BK 117 C2 (EC 145), pertencente a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão - SSP/MA, através do Centro Tático Aéreo - CTA, opera 01 (uma) aeronave modelo BK 117 C2 (EC 145) na qual é utilizada em diversas operações aéreas de Segurança Pública, incluindo missões de caráter humanitário como o transporte de enfermo e apoio à Defesa Civil, operações que são realizadas há mais de 20 anos pelo CTA/MA que tem por finalidade assistir à sociedade como um todo, com o objetivo primordial de salvar e defender vidas humanas.

2.2. É importante enfatizar que as atividades nas quais a aeronave PR-MRH (EC-145) é utilizada pelo Centro Tático Aéreo do Maranhão – CTA/MA revestem-se de caráter de risco operacional, fato que, somado às horas de voo, determinam a necessidade de que seja adotado um rigoroso programa de manutenção preventiva e corretiva da aeronave em tela, em conformidade com o Programa Recomendado de Manutenção definido pelo fabricante dos equipamentos de célula, motores e aviônicos, bem como com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Além disso, para que seja efetivada a renovação anual do Registro Aeronáutico Brasileiro da aeronave, é imprescindível a realização das manutenções e inspeções anuais por empresa homologada pela ANAC, nos termos da legislação vigente.

2.3. Atualmente a SSP/MA possui um contrato n.º 059/2013 e que já está no 5º Aditivo de prorrogação cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e sobressalentes, determinada pela ANAC e/ou pelo fabricante, para a aeronave de asa rotativa, modelo BK 117 C-2 (EC 145), prefixo PR-MRH, operada pelo CTA/MA e cuja vigência findar-se-á em 19/09/2018.

2.4. Outro fator preponderante são as horas de voo da aeronave supracitada que está depreciando as peças em função das atividades normais que desempenha.

2.5. Desta forma, o presente contrato que vencerá em 19/09/2018 não poderá suprir todas as demandas necessárias de manutenção preventiva e corretiva periodicamente como inspeções horárias e calendáricas, certificado de aeronavegabilidade, Inspeção Anual de Manutenção, entre outras que a aeronave precisa para garantir a segurança operacional.

2.6. É mister destacar ainda que a aeronave já tem mais de sete anos de uso, ou seja, sofreu desgastes operacionais que irão requerer mais recursos para serem reparados, haja vista que não conta mais com a garantia do fabricante e que requer manutenções periódicas e contínuas durante sua vida útil.

2.7. Entende-se por manutenção o conjunto das operações destinadas a conservar no tempo a aeronavegabilidade, a disponibilidade e o desempenho da aeronave. Ela inclui o monitoramento, a manutenção e o recondicionamento dos elementos constitutivos da aeronave (peças, componentes e acessórios), tais como os definidos nos diferentes manuais, tendo em conta as informações que o fabricante informa ao operador da aeronave, bem como a observação à legislação vigente.

2.8. Por sua vez, são realizados tipos de manutenções nas aeronaves de acordo com as situações de cada evento ocorrido o que requer um cuidado e um olhar mais amplo considerando as operações que ocorrem de forma ininterrupta e, que no ramo aeronáutico as atuações do Controle Técnico de Manutenção - CTM devem ser em regra geral, preventivas, possibilitando a previsão nas seguintes situações:

2.8.1. **Inspeções horárias**, que ocorrem periodicamente levando-se em conta o número de horas voadas pelas aeronaves. Ex.: inspeção de 100 horas, 400 horas, 800 horas e outras;

2.8.2. **Inspeções calendáricas**, que ocorrem periodicamente em razão do transcurso de tempo, independentemente do número de horas voadas. Ex.: Inspeção de 60 dias de célula e Inspeção Anual de Manutenção – IAM

2.9. Contudo, no decurso da operação, podem ainda surgir intervenções imprevisíveis tais como:

2.9.1. **Correção de discrepâncias**, que se referem aos serviços de manutenção prestados nas aeronaves que venham a apresentar algum problema ou variação nos parâmetros normais de operação, detectados pelos mecânicos durante as inspeções acima citadas ou por ocasião do pré-voo, do voo ou do pós-voo, por reporte dos pilotos. As discrepâncias são imprevisíveis, dadas às condições de operação da aeronave, tipo de operação, condições climáticas e as anomalias detectadas das peças e componentes instalados que estão fora dos padrões recomendados pelo fabricante;

2.9.2. **Requisitos de Regulamentação** são serviços, com ou sem necessidade de substituição de peças, exigidos em razão da adequação da legislação aeronáutica ou por recomendação dos fabricantes. Ex.: boletins de serviço e diretrizes de aeronavegabilidade.

2.10. No que tange as exigências legais, toda aeronave deve estar em consonância com as normas vigentes no país, a exemplo da exigência dos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil – RBAC n.º 43 que dispõe sobre manutenção, manutenção preventiva, reconstrução e alteração e n.º 145 que trata acerca das organizações de manutenção de produtos aeronáuticos e ainda, do Código Brasileiro Aeronáutico que no art. 70, § 1º, 2º e 3º do capítulo III diz que,

> *Art. 70. "a autoridade aeronáutica emitirá certificados de homologação de empresa destinada à execução de serviços de revisão, reparo e manutenção de aeronave, motores, hélices e outros produtos aeronáuticos."*
>
> *§ 1° Qualquer oficina de manutenção de produto aeronáutico deve possuir o certificado de que trata este artigo, obedecido ao procedimento regulamentar.*
>
> *§ 2° Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais*

> *componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado.*
>
> *§ 3° A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção.*

2.11. Assim, a relevância para a Administração é vislumbrada quando se fala em segurança de voo, tema este que é de responsabilidade não só dos tripulantes, como também, dos gestores de todo serviço aéreo. E mais adiante o Código Brasileiro Aeronáutico no art. 87 dispõe acerca da responsabilidade quanto aos acidentes que envolve uma aeronave, senão vejamos:

> *Art. 87. A prevenção de acidentes aeronáuticos é da responsabilidade de todas as pessoas, naturais ou jurídicas, envolvidas com a fabricação, manutenção, operação e circulação de aeronaves, bem assim com as atividades de apoio da infraestrutura aeronáutica no território brasileiro.*

2.12. Desta forma, este Termo de Referência tem por objetivo:

2.12.1. Adequar-se às exigências previstas nos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil (RBAC), mantendo as aeronaves em plenas condições de aeronavegabilidade e segurança;

2.12.2. Garantir a contínua prestação do serviço de manutenção aeronáutica para suporte às operações desenvolvidas pelo CTA;

2.12.3. Promover a devida conservação de seu patrimônio e a pronta resposta às discrepâncias das aeronaves por meio das manutenções preventivas e corretivas.

2.13. À luz desse panorama, a manutenção de uma aeronave envolve a realização de serviços e substituição de peças e/ou componentes previsíveis, mas envolve também a eventual necessidade de substituição de peças e/ou componentes e a realização de serviços que fogem totalmente à possibilidade de serem previstos por mais diligente que seja o operador do equipamento. E em função desta realidade há que se deixar sempre uma margem para as denominadas discrepâncias que são cada vez maiores e mais imprevisíveis, quanto maior for a utilização da aeronave e mais dilatado for o seu tempo de vida útil.

2.14. Nesse passo, é importante frisar que o CTA não possui corpo técnico habilitado, nem ferramental necessário, exigidos pela regulamentação supracitada, para a realização de **todas as inspeções previstas para a aeronave**, salvo as inspeções horárias até 100 horas que os mecânicos de manutenção de aeronave do CTA estão autorizados pela ANAC.

2.15. Assim sendo, a presente contratação de empresa especializada e de conformidade com as especificações deste Termo de Referência é imperiosa, haja vista que o fornecimento de peças e acessórios originais e outros correlatos, terão sempre a finalidade de alcançar maior presteza e eficiência na realização de serviços afetos à manutenção da aeronave, primando-se pela qualidade no trato do bem público, com estreita observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade.

3. IDENTIFICAÇÃO DA AERONAVE

Modelo	Fabricante	Matrícula	Ano de Fabricação	Número de Série	Horas Totais de célula
BK 117 C2	Eurocopter	PR-MRH	2010	9409	2067.7

3.1. Termos e Definições:

3.1.1. Para uma melhor compreensão deste Termo de Referência, são relacionados alguns termos técnicos com suas respectivas definições:

a) **Manutenção de Nível Organizacional (O):** corresponde às ações de manutenção praticadas junto à aeronave no seu local de estacionamento, implicando a imobilização desta para algumas horas de trabalho. O nível organizacional cobre as tarefas de manutenção diária, verificações de manutenção, inspeções de condição, troca de componentes e reparos rápidos e simples, conforme especificado no Manual de Manutenção da Aeronave (AMM). Com o devido treinamento, essas verificações podem ser realizadas por pilotos, mecânicos e operadores.

b) **Manutenção Nível Intermediário (I),** corresponde a ações de reparos e inspeções periódicas mais detalhadas, conforme especificado no manual de manutenção da aeronave, devem ser realizadas por pessoal habilitado e qualificado, com uso equipamentos de teste e ferramentas especiais, em hangares, implicando em ações de inspeção e desmontagem com maior complexidade.

c) **Inspeções horárias** são aquelas que ocorrem periodicamente levando-se em conta o número de horas voadas pelas aeronaves. Ex.: inspeção de 30, 50, 100 horas, 400 horas, 800 horas e outras;

d) **Inspeções calendáricas**, são aquelas que ocorrem periodicamente em razão do transcurso de tempo, independentemente do número de horas voadas. Ex.: Inspeção de 60 dias de célula, 12 meses, 24 meses e outras;

e) **Inspeção Anual de Manutenção – IAM**, Inspeção em que se procura atestar as condições de aeronavegabilidade das aeronaves, seus componentes e equipamentos, conforme definido no RBHA 91, Subparte E (Manutenção, Manutenção Preventiva, Modificações e Reparos) item 91.409 (Inspeções), no RBHA 43 (Manutenção, Manutenção Preventiva, Reconstrução e Alteração) apêndice D (Objetivos e detalhes de itens a serem incluídos nas Inspeções Anuais e Inspeções de 100 Horas – conforme aplicável para aeronaves específicas) e na IAC 3108 (Instruções para o controle geral de aeronavegabilidade das aeronaves civis brasileiras);

f) **Certificado de Aeronavegabilidade** é o documento que comprova que uma aeronave está com sua condição de aeronavegabilidade validamente verificada, devendo estar sempre a bordo da aeronave em uso, cuja validade do CA das aeronaves civis brasileiras é regulamentada pelo RBAC 21.181.

g) **Segurança Operacional** é a situação na qual o risco de lesões às pessoas ou danos às propriedades (consequências) é reduzido e mantido em, ou abaixo de, um nível aceitável, mediante um contínuo processo de identificação de perigos e gerenciamento de riscos.

h) **Discrepâncias** são anomalias ou variação nos parâmetros normais de operação, detectados pelos mecânicos durante as inspeções ou por ocasião do pré-voo, do voo ou do pós-voo, por reporte dos pilotos**.**

i) **Pré-voo,** inspeção visual que é realizada antes do primeiro voo.

j) **Pós-voo,** inspeção visual que é realizada logo após o voo.

k) **Compra simples**, para efeito deste termo, considera-se a aquisição de peças, componentes e acessórios utilizados nas inspeções, revisões e reparos da aeronave, objeto desta licitação, que deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA, cujos valores dos referidos materiais terão como referência a lista de preços do fabricante (*price list*).

l) **Troca Standard** é a substituição de um componente por outro, novo ou revisado, disponível para pronta entrega, submetendo-se aos mesmos procedimentos de aprovação de orçamento específico para esta finalidade.

m) **Missão Externa:** para fins deste Termo, consiste no deslocamento da equipe técnica da CONTRATADA para atender quaisquer solicitações realizadas pela CONTRATANTE, incluindo o tempo de translado (tempo gasto no percurso: base da contratada/base da contratante/base da contratada);

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA ESTRUTURA DO OBJETO

4.1 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, objetos desse Termo de Referência, compreendem a prestação de mão de obra especializada para o cumprimento do que preveem os Manuais de Manutenção do fabricante da aeronave e dos motores (não contemplados pelo SBH); o fornecimento de peças, materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos e sua administração; e toda e qualquer correção de discrepâncias observada na vigência do contrato e especificamente nos seguintes itens:

a) Cumprimento todas as inspeções determinadas pelo fabricante do motor e célula da aeronave, PR-MRH EC 145, objeto deste Termo;

b) Cumprimento de todas as Diretrizes de Aeronavegabilidade (AD/DA), os boletins e ordens de serviço emanadas pelo fabricante do motor (não cobertos pelo SBH), célula e aviônicos;

c) Correção de discrepâncias apresentadas na aeronave;

d) Retirada, transporte, reparação e instalação de motor, pás, componentes, aviônicos, componentes mecânicos pertencentes à aeronave;

e) Limpeza interna e externa da aeronave com polimento;

f) Serviços de pintura da aeronave;

g) Realizar o balanceamento das pás do rotor principal e do rotor traseiro sempre que houver intervenção nas pás, cabeça do rotor, links, ou ainda, sempre que requerido em decorrência da apresentação, pela aeronave, de vibrações fora do envelope operacional;

h) Manutenção e restauração do interior da aeronave.

4.2 O **Serviço de Controle Técnico** deverá ser um sistema de relatórios técnicos informatizados independentes para a aeronave, cujo principal objetivo é oferecer ao Centro Tático Aéreo -CTA, as informações e dados que permitam o planejamento da manutenção da aeronave com acompanhamento das peças de vida útil controlada, de modo a mantê-la em condições de aeronavegabilidade, conforme os requisitos de manutenção prescritos pelo fabricante, as exigências das autoridades aeronáuticas e a legislação aplicável.

4.2.1 Para a realização do Serviço de Controle Técnico, o CTA disponibilizará à empresa os seguintes dados:

a) Horas de voo, acionamentos e pousos;

b) Discrepâncias apresentadas;

c) Informações sobre serviços de manutenção realizados, tais como substituição de componentes com vida útil controlada e inspeções cumpridas.

4.2.2 Os Serviços de Controle Técnico serão apresentados sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e em arquivo magnético de planilha eletrônica, contendo no mínimo, os seguintes dados:

a) Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, das pás, pousos, além dos vencimentos das principais inspeções, IAM, peso e balanceamento, licença de estação e seguros;

b) Histórico de todas as inspeções realizadas;

c) Relação de inspeções a serem cumpridas;

d) Controle de componentes com vida útil controlada/limitada;

e) Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade;

f) Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e opcionais;

g) Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada; e

h) Controle e atualização dos conjuntos de manuais da aeronave.

4.2.3 A empresa arcará com toda a responsabilidade referente ao pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da não observância de algum dos itens referentes ao serviço de controle técnico, bem como será responsabilizada civil e criminalmente por qualquer falha na realização dos serviços;

4.2.4 Será fornecida pela empresa, uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos. Estas listagens serão atualizadas mensalmente;

4.2.5 A empresa enviará ao CTA extratos das inspeções a serem realizadas na aeronave e seus motores e dos vencimentos dos componentes com vida útil limitada e de diretivas técnicas mandatórias com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência à realização do serviço adequado para o seu cumprimento;

4.2.6 A partir da vigência dos serviços, sempre que os fabricantes ou autoridades aeronáuticas emitirem diretivas técnicas mandatórias ou opcionais aplicáveis à aeronave ou seus motores, a empresa enviará ao CTA um sumário explicativo daquelas diretivas com informações gerais sobre seu cumprimento;

4.2.7 O Serviço de Controle Técnico inclui os serviços de revisão e/ou atualização de publicações e biblioteca técnica da aeronave, tais como manuais de voo, manuais dos motores e estruturais, manuais de manutenção, catálogos de peças, dentre outras. NÃO estão incluídas neste item e não serão exigidas da CONTRATADA a manutenção e atualização das publicações do DECEA (ROTAER, AIP-MAP, AIP-BRASIL, AIC) exigidas a bordo da aeronave.

4.2.8 A empresa se responsabilizará pelo controle do vencimento de quaisquer licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave, informando ao CTA destes prazos com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;

4.2.9 A empresa deverá fornecer ao CTA as informações relativas ao controle técnico, na forma prevista, sempre que solicitado, bem como permitir total acesso do CTA aos dados de controle técnico da aeronave em poder da empresa.

4.3 Com relação ao **FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** a serem utilizados nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, deverá ser observado o seguinte:

4.3.1 **COMPRA SIMPLES**

a) Todos os materiais, equipamentos, acessórios e peças, nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, a qual responsabilizar-se-á pela procedência, pela qualidade e pela garantia, arcando com todo ônus decorrente da não observância deste item.

b) O valor das peças, componentes e acessórios terá como referência a lista de preços do fabricante (*price list).* A CONTRATADA poderá acrescer ao valor do *price list* a Taxa de Administração. Este acréscimo deverá obedecer ao prescrito no item 4.4, alínea “h”.

c) As peças, componentes e equipamentos devem estar acompanhados da documentação aplicável, conforme exigência da autoridade aeronáutica brasileira. Conforme aplicável, os itens deverão ser remetidos juntamente com a Etiqueta de Aprovação de Aeronavegabilidade (Formulário SEGVOO 003) devidamente preenchido de acordo com a **Instrução de Aviação Civil – IS 43.9-002 B**, com a Ficha Matrícula de Equipamento (Log Card), ou com o Certificado de Conformidade. Em todos os casos, os componentes deverão ser remetidos com a correspondente Nota Fiscal de remessa.

4.3.2 **DA TROCA STANDARD**

a) Na eventualidade de algum componente, peça ou acessório necessitar ser submetido à revisão geral ou até mesmo reparo, cuja previsão de retorno seja muito grande ou, cujo valor justifique, com o intuito de não diminuir o tempo de disponibilidade da aeronave, poderá se proceder a "Troca Standard", depois de constatada a vantagem para a Administração Pública.

b) A "Troca Standard" é a substituição deste componente por uma peça, nova ou revisada, disponível para pronta entrega, submetendo-se aos mesmos procedimentos de aprovação de orçamento específico para esta finalidade. A diferença entre a "Troca Standard" e a substituição de peças, é que esta última ocorre quando as peças não apresentam mais condições de uso ou recuperação. No caso da "Troca Standard", a peça substituída pode ainda ser reutilizada desde que submetida a uma revisão. O elevado custo-benefício deste procedimento se justifica, pelas seguintes razões:

- Suprime-se a etapa de revisão do componente;
- Diminui-se substancialmente o tempo de inoperância da aeronave;
- Revisar a peça tem aproximadamente o mesmo custo da "Troca Standard";
- A garantia do componente é a mesma que ele teria se submetido a uma revisão normal.

c) Logo, quando da revisão, reparo ou substituição de peças/componentes, após a avaliação dos custos para tal serviço e instalação de um componente tecnologicamente mais moderno/atualizado, desde que o custo seja mais vantajoso para o Estado, poderá a Administração, após avaliação e aprovação do valor do orçamento, optar pela Troca Standard.

d) Em caso de aquisição de peças, componentes e acessórios, a base de troca, a CONTRATADA providenciará a documentação de transferência de propriedade, caso exigido pelo fornecedor, constando todas as informações do componente e o remeterá à apreciação do CTA.

e) Nos casos de troca standard a CONTRATADA poderá realizar o faturamento, segundo a regra do item 4.4, alínea "h".

4.3.3 Todas as peças, materiais e equipamentos aplicáveis deverão ser originais ou as recomendadas pelo fabricante, com as respectivas documentações de rastreabilidade;

4.4 **Outras informações importantes para a composição do preço**

a) A previsão é que a aeronave voe, aproximadamente, 400 (quatrocentas) horas no período de um ano.

b) Os serviços serão prestados, preferencialmente, na base de operação do CTA/MA, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, exceto aquelas que, devido

ao nível de complexidade, a autoridade aeronáutica não autorizar sua realização fora da sede da CONTRATADA;

c) Para efeitos de julgamento, será adotado o critério de Menor Preço Global;

d) Por definição, Taxa de Administração significa a taxa de *markup* incidente no fornecimento de peças e componentes. Sua finalidade é ressarcir a CONTRATADA de todas as despesas relativas ao serviço de fornecimento de peças, tais como: despesas com o frete, com o seguro relativo ao transporte, custos tributários, despesas operacionais administrativas e demais despesas administrativas, gastos com veículos próprios e de terceiros, desembaraços alfandegários, comunicação, autenticações, serviços de "*freight forward*" no exterior, aluguel de escritório na área alfandegária, remunerações fixas e variáveis dos funcionários diretamente envolvidos nos processos de conferência, envio e recebimento das peças e componentes para reparo no Brasil ou no Exterior, negociadores, processadores de documentação, embalagens especiais, depósitos alfandegários, inspeção e conferência da rastreabilidade dos componentes, bem como os custos relacionados à administração das garantias dos componentes junto aos fornecedores originais;

e) Para o fornecimento de materiais (peças, acessórios e componentes) necessários a qualquer serviço de manutenção na aeronave, a CONTRATADA apresentará, anexo ao orçamento, tabela de preços oficiais do fabricante *(price list*) atualizada, que será considerada como preço de referência quando da aplicação da Taxa de Administração, com suas páginas rubricadas pelo responsável comercial da empresa, dentro de sua validade;

f) O valor faturado à CONTRATANTE será composto do valor de referência mais o percentual de Taxa de Administração, não podendo ser pleiteado pela CONTRATADA o pagamento de qualquer valor adicional;

g) Para faturamento dos materiais, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente à do dia anterior ao do faturamento, conforme tabela liberada pelo Banco Central do Brasil;

h) Para efeito de faturamento, a licitante poderá acrescer ao valor do *price list* (em se tratando de fornecimento de peças, componentes e acessórios) as despesas inerentes a impostos e taxas incidentes e despesas administrativas (os quais devem ser discriminados), além das despesas com transporte de material, quando aplicável, sendo percentual máximo admissível em até 30% do valor da peça constante na *price list* do fabricante, assim considerado conforme os itens "d", "e", "f" e "g" acima citados; (Taxa de Administração)

h.1) O II (Imposto de Importação) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) são impostos que variam de acordo com a classificação fiscal NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) de cada item, sendo que sua classificação obedece às especificações constantes da tabela de incidência do imposto sobre os produtos

industrializados (TIPI), não sendo possível estabelecer-se um índice único a ser aplicado na tabela *price list* do fabricante. Portanto, estes impostos, quando aplicáveis, serão acrescidos aos preços dos materiais (peças, acessórios e componentes) no efetivo momento de aquisição, conforme sua classificação fiscal, devendo estar inserido dentro do percentual acima especificado.

h.2) O valor do ICMS deverá obedecer ao contido na Lei Estadual nº 7.799 de 19/12/2002 e estar inserido dentro do percentual acima referido.

h.3) O percentual máximo admissível no subitem 4.4, alínea "h" está em consonância com os praticados por outras unidades aéreas da Federação.

5. DA MANUTENÇAO FORA DA BASE

5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar seu corpo técnico em qualquer localidade do Território Nacional, incluindo sábados, domingos e feriados, responsabilizando-se também por todas as despesas de salários, encargos sociais, treinamento, supervisão, passagens, diárias, hotéis, transporte e alimentação.

5.2 Para realização de serviços fora da sua base, a empresa deverá apresentar, nos prazos estabelecidos no item 8 deste Termo, independentemente do local onde estejam, os equipamentos e técnico especializado para a solução do problema.

5.3 Nas situações disposta no item 5 para realizar os serviços previstos, a CONTRATADA deverá faturar, como homem-hora trabalhada, as horas de translado dos técnicos, da base da CONTRATADA até o local para execução dos serviços. Este valor visa cobrir os eventuais gastos com deslocamentos, hospedagem, alimentação e quaisquer outros que se façam necessários por parte da CONTRATADA.

5.4 Em caso de acidente ou incidente com a aeronave descrita neste Termo de Referência, o ônus decorrente de remoção, transporte, seguro e outras despesas com a aeronave acidentada ou impossibilitada de voar, em caso de sinistro, do local de sua ocorrência até o local de manutenção, será assumido pela CONTRATADA, que será ressarcido posteriormente pela CONTRATANTE, após aprovação dos gastos pelo Fiscal do Contrato, devendo o valor ser convertido em homem-hora. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos envolvendo todos os custos da operação.

5.5 Nos casos de ocorrências de emergência ou de pane na aeronave fora de sua base, em sendo solicitado por escrito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços imediatamente assim que o aporte logístico estiver disponível para a respectiva intervenção, não podendo exceder 48 horas e nem os outros prazos descritos neste Termo. Fica estipulado que o índice do homem-hora trabalhada nessas circunstâncias será cobrado:

5.5.1 **Fora do horário de expediente:** com acréscimo de 100% (cem por cento) por serviços realizados (homem-hora trabalhada) de segunda a sexta-feira no período compreendido entre 18:00 e 08:00 horas e aos sábados, domingos e feriados nacionais;

5.6 Havendo a necessidade de traslado da aeronave para manutenções fora da Base do CTA, os custos com combustível e taxas referente ao deslocamento ocorrerão por conta da CONTRATADA que será ressarcido posteriormente pela CONTRATANTE, após aprovação dos gastos pelo Fiscal do Contrato, devendo o valor ser convertido em homem-hora. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos envolvendo todos os custos da operação.

6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa licitante deverá apresentar na sessão do pregão prova de qualificação técnica através da apresentação dos seguintes documentos:

6.1 Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante executou ou executa serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços descritos neste Termo de Referência ou execução de serviços análogos em aeronaves bi turbina a reação, de porte médio ou superior;

6.2 Declaração expressa da licitante de que a mesma dispõe de instalações, aparelhamento, ferramentas e pessoal técnico adequados e disponíveis ao cumprimento do objeto da licitação, de acordo com o cronograma de manutenção da aeronave.

6.3 Apresentação de Certificado de Organização de Manutenção - COM pela licitante emitido pela a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, juntamente com seu adendo, de forma a comprovar a autorização para a execução de todos os serviços citados neste Termo. A licitante deverá estar homologada, no mínimo, nos seguintes padrões:

a) Categoria Célula: Classe 4;

b) Categoria Motor: Classe 3.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Os serviços de manutenção deverão ser realizados, em princípio no Hangar do Centro Tático Aéreo-CTA, em São Luís – MA, cujo designativo é SWLW, desde que seja possível atender os quesitos técnicos e os meios necessários para a execução.

7.2. Manter em estoque os materiais necessários para a execução dos serviços cotados e em especial para os das manutenções por decurso de tempo;

7.3. Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços, peças e componentes aplicados nos termos da legislação vigente;

7.4. Refazer, em igual prazo de execução, contados a partir da comunicação, os serviços ou substituição de peças, materiais e equipamentos considerados inadequados pela CONTRATANTE, às suas expensas;

7.5. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se pelas prescrições e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

7.6. Manter os funcionários nas dependências do hangar do CTA, devidamente uniformizados e identificados por crachás, quando em serviço;

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta, no total ou em parte, o patrimônio da CONTRATANTE em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de utilização de materiais inadequados na execução dos serviços contratados;

7.8. Apresentar à Administração comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas a seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da Administração;

7.9. Cumprir Legislação Trabalhista em vigor de forma que não afete a qualidade do serviço prestado e comprometa a segurança de voo;

7.10. Informar, previamente, o quadro técnico de funcionários que atenderá as demandas da CONTRATANTE e quaisquer alterações que ocorrerem. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo de Referência;

7.11. Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CTA;

7.12. Cumprir as disposições legais Municipais, Estaduais e Federais que interfiram na execução do serviço;

7.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da Administração em seu acompanhamento;

7.14. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus funcionários a aeronave objeto do contrato, durante todo e qualquer serviço e no período em que a mesma permanecer sob sua responsabilidade, ainda que nas dependências do hangar da CONTRATANTE;

7.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, ainda que no recinto da CONTRATANTE, respondendo pelos danos e pelo desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

7.16. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação na fase da licitação, em especial, no tocante à revalidação da licença de funcionamento correspondente ao exercício vigente junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

7.17. Realizar todos os serviços de acordo com o manual atualizado do fabricante de célula, de motor (não contemplados pelo SBH) e aviônicos;

7.18. Prestar assistência técnica durante vistorias da ANAC ou outros órgãos da aviação;

7.19. Prestar assistência à CONTRATANTE no processamento das reivindicações junto ao fabricante, quanto à garantia da aeronave, das peças ou componentes substituídos, reparados ou locados que a CONTRATADA vier a instalar na aeronave;

7.20. Prestar serviços dentro dos limites da homologação concedida pela ANAC e pelo fabricante;

7.21. Remeter à ANAC toda a documentação exigida;

7.22. Manter correspondência com o fabricante quando necessário;

7.23. Manter entendimentos sobre problemas de manutenção com os representantes técnicos do fabricante da aeronave e do motor, redigindo e remetendo aos mesmos relatórios de deficiência do material, quer estejam em garantia ou não;

7.24. Manter rígido controle atualizado dos componentes com o tempo de vida limitado ou que sofram revisão, bem como das modificações aplicadas, remetendo ao CTA, mensalmente, Mapa de Controle de Inspeções e Mapa de Controle de Componentes do Motor e Célula, alertando o operador, por escrito ou por e-mail, a proximidade das intervenções de manutenções exigidas pelo fabricante;

7.25. Providenciar, junto ao fabricante ou fornecedor, o cumprimento da garantia dos componentes e peças instalados na aeronave;

7.26. Franquear o acesso dos prepostos da Administração aos documentos referentes à composição dos preços relacionados ao contrato, prestando-lhe toda informação solicitada;

7.27. Arcar com a responsabilidade por qualquer acidente devido as suas atividades na execução de seus serviços, como por exemplo: danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, uso ilícito de patentes ou homologações registradas, falhas de equipamento, indenizações resultantes de atos de terceiros que estejam em conexão com os serviços incluídos no contrato;

7.28. Restituir a CONTRATANTE as peças e/ou componentes substituídos na aeronave, devidamente identificadas e juntamente com um relatório onde conste cada item substituído e razão técnica de sua substituição;

7.29. Fornecer peças e componentes de reposição que serão aplicadas na aeronave apresentando, antes do serviço ser autorizado pela CONTRATANTE, orçamento com o *Price List* do fabricante e/ou fornecedor, a indicação completa do produto, a descrição do valor acrescido (se houver), conforme Item 4.4 Alínea “h”, o *Part Number* do material e o *Serial Number* (se houver);

7.30. Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, seguros, impostos e outros referentes ao transporte de peças, materiais e equipamentos da aeronave que necessitarem de reparo ou avaliação fora da localidade em que estiver sendo realizada a manutenção da aeronave**.** Estas despesas serão repassadas à Contratante mediante a apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, acrescidos da taxa de administração;

7.31. Todos os materiais, equipamentos, acessórios e peças, nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, a qual se

responsabilizará pela procedência, pela qualidade e pela garantia, arcando com todo ônus decorrente da não observância deste Termo;

7.32. Responder pela garantia dos serviços, das peças e dos materiais aplicados por ela e por empresa terceirizada, obrigando-se a administrar o processo de garantia junto ao fornecedor original;

7.33. Responsabilizar-se por todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição de materiais defeituosos, comunicação, deslocamento de equipes da empresa em caráter de visita técnica, quando houver necessidade, entre outros, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão;

7.34. Fornecer a CONTRATANTE toda documentação técnica necessária para a manutenção, operação e cumprimento das determinações emitidas pela ANAC e/ou do fabricante da aeronave, motor, aviônicos e de seus equipamentos opcionais, bem como, outros serviços relacionados à manutenção da aeronave

7.35. Todas as peças, materiais e equipamentos aplicáveis deverão ser originais ou as recomendadas pelo fabricante, com as respectivas documentações de rastreabilidade;

7.36. O CTA requisitará, a qualquer tempo, os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento;

7.37. Cumprir os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

7.38. A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços dentro dos prazos acordados no presente Termo, de acordo com as requisições emitidas, com as especificações e procedimentos descritos neste Termo e na proposta apresentada pela CONTRATADA, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição ou refazimento quando constatado discrepâncias no seu recebimento pelo Centro Tático Aéreo-CTA/SSP, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.39. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente ocorridas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7.40. Permitir o acompanhamento, pelos técnicos ou servidores indicados pela CONTRATANTE, dos serviços de manutenção na aeronave deste CTA/SSP quando realizados na base da CONTRATADA, obedecendo às regras internas, sendo que os custos com hospedagem, passagem e alimentação correrão por conta da CONTRATANTE;

7.41. Arcar com os custos da tripulação, que acompanhar as manutenções na base da CONTRATADA, referentes aos deslocamentos do local onde estiverem hospedados até os locais de realização das manutenções e para aeroporto se houver necessidade;

7.42. Durante o período em que a aeronave permanecer em manutenção no hangar da CONTRATADA, esta deverá proporcionar sua hangaragem, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos ou perdas causados na aeronave durante este período.

7.43. Dar assistência técnica e manutenção, quando necessário, no que se refere às seguintes especialidades:

a) Eletricidade e eletrônica;
b) Instrumentos;
c) Ensaios não destrutivos;
d) Chapas e metais;
e) Componentes;
f) Opcionais
g) Outros que venham a ser considerados importantes para a manutenção da aeronave, balanceamentos, pinturas, soldas especiais, avaliação de qualidade do combustível, lubrificantes e fluidos hidráulicos.

7.44. A CONTRATANTE poderá indicar servidores do CTA com curso de manutenção para cumprir estágio, acompanhando as intervenções realizadas na aeronave, a fim de obtenção da certificação deste (s) profissional (ais), junto a Agência Nacional de Aviação Civil. Os encargos trabalhistas e previdenciários destes estagiários serão responsabilidade da CONTRATANTE;

7.45. A CONTRATADA se obriga em fornecer todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE, que se reserva ao direito, a qualquer tempo, em auditar ou dirimir qualquer dúvida acerca do estado técnico e operacional da aeronave.

7.46. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação.

7.47. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Secretaria de Segurança Pública-SSP nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a empresa renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SSP.

7.48. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com as operações do CTA, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

7.49. Realizar manutenções, quando necessário, em qualquer localidade do território nacional, sem custos adicionais com pagamento de passagens, diárias e hospedagem da equipe técnica, bem como quaisquer outros custos não especificados nesse Termo de Referência;

7.50. Submeter documento que formalize o procedimento de entrega e de recebimento da aeronave, para entrada e saída de manutenção, tratando-se de condição determinante para o fechamento do serviço correspondente;

7.51. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente da inobservância dos prazos para revisões e inspeções junto aos órgãos aeronáuticos e também junto aos fabricantes da aeronave, desde que comprovada sua responsabilidade.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

8. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

8.1 A CONTRATADA deverá estar pronta para iniciar a execução do Serviço de Manutenção Aeronáutica, em conformidade com este Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

8.1.1 Aprovado o orçamento a que se refere o item 8.14, a CONTRATADA terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar os materiais (peças, componentes, etc.) e/ou para início dos serviços para correção de discrepância.

8.1.2 Havendo necessidade de importação de componentes ou contratação de empresa estrangeira, os prazos serão analisados de forma específica pelo Fiscal de Contrato.

8.2 Na execução específica do Serviço de Manutenção Preventiva (programadas), excluídas as discrepâncias eventualmente existentes, a CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos de execução após a CONTRATANTE disponibilizar a aeronave:

QUADRO DE TEMPO PADRÃO PARA AS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS DA AERONAVE PR-MRH

SERVIÇOS	P/N	FREQUÊNCIA	QUANTIDADE DE INSPEÇÕES	QUANTIDADE DE H/H POR INSPEÇÕES	QUANTIDADE TOTAL DE H/H
CÉLULA					
IAM	RBHA 91.409	12M	01	36	36
Certificado Aeronavegabilidade	IS-21-181-001B	72M	01	64	64
Transponder	RBHA 43 Apend F	24M	01	02	02
Altimetro Standby	RBHA 43 Apend E	24M	01	02	02
Teste VOR	RBHA 91,171	30D	12	02	24
Inspeção do ELT	RBHA 91.207 (d)	12M	01	01	01
AD 2010-0058	ASB 67A-010	24M	01	01	01
AD 2010-0045	ASB 67A-011	300H	01	01	01
AD 2013-0182	ASB 67A-020	100H	04	1,5	06
AD 2014-0180 R1 [§2] E[§3]	FCDA Nº 904339	400H	01	1	1
AD 2014-0180 R1 [§2] E[§3]	FCDA Nº 904339	12M	01	1	1
AD 2014-0180 R1 [§4]	FCDA Nº 904339	800H	01	1	1
AD 2014-0180 R1 [§4]	FCDA Nº 904339	36M	01	1	1
Diretiva Técnica	ASB 04A-006	400H	01	01	01
Diretiva Técnica	ASB 76A-005	12M	01	01	01
Diretiva Técnica	ASB 62A-007 §3,B	12M	01	01	01

Supplementary Check (MSM 05-21-00, 6-3)	100 Hours	100H	04	12	48
Intermediate Inspection (MSM 05-21-00, 6-4)	400 Hours	400H	01	51	51
12-Month Inspection (MSM 05-22-00, 6-1)	12 Months	12M	01	42	42
Suplementary Inspection	200 Hours	200H	02	05	10
Suplementary Inspection	300 Hours	300H	01	13	13
Suplementary Inspection	400 Hours	400H	01	9	9
Suplementary Inspection	400 Hours // 500 U	400H	01	02	02
Suplementary Inspection	1800 Hours	1800H	01	02	02
Suplementary Inspection	6 Years // 2400 Hours	72M	01	06	06
Suplementary Inspection	6 Years // 3200 Hours	72M	01	28	28
Suplementary Inspection	6 Years // 4800 Hours	72M	01	04	04
Suplementary Inspection	60 Days	60D	06	0,5	3
Suplementary Inspection	12 Months	12M	01	12	12
CECG - Semanal	Semanal	07D	52	04	208
CECG - Mensal	Mensal	30D	12	14	168
CECG – 3 meses	3 Meses	03M	04	04	16
CECG – 300 horas	300 horas	300H	01	16	16
CECG – 600/12M	600h//12M	600h//12M	01	06	06
Hydraulic Fluid and Filter System I-AMM29-00-00, 3	12 Months // 800 Hours	12M	01	03	03
Hydraulic Fluid and Filter System II-AMM29-00-00,	12 Months // 800 Hours	12M	01	03	03
Lubrication of Swashplate-AMM 12-10-00, 3-13	12 Months	12M	01	01	01
Oil Change Main Transmission-AMM63-21-00, 3-1	Mobil Jet II	600H//12M	01	01	01
Oil Change Tail Rotor Transmission-AMM12-10-00, 3-	Mobil Jet II	600H//12M	01	01	01
Oil Change Intermediate Gearbox-AMM 12-10-00, 3-6	ZFNL3001	600H//12M	01	01	01
Lubrication of Tail Rotor Sling Sleeve-AMM 12-10-00, 3-14	12 Months	12M	01	01	01

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

Change of Brake Fluid Rotor Brake-AMM 63-51-00, 3-	36 Months // 800 Hours	36M	01	1	1
Inspection Air Cond Metro Aviation	50 Hours	50H	06	03	18
Inspection Air Cond Metro Aviation	100 Hours // 12 Months	100H	04	06	24
Inspection Air Cond Metro Aviation	600 Hours // 24 Months	600H//24M	01	10	10
Air Cond Metro Aviation – Drive belt	12 Months//1000 Hours	12M//1000H	01	2	2
Periodic Check Emergency Power Supply	501-1228-03 (PS-835)	3M	04	4	16
Periodic Check Emergency Power Supply	501-1228-03 (PS-835)	6M	02	04	08
Inspection Emergency Power Supply	501-1228-03 (PS-835)	12M	01	04	04
Battery -Saft (Revisão Geral)	409CH2	12M	01	12	12
Tail Gear Box(TBO) Remoção/Instalação/Balanceamento da TGB	4639003009	1800H	01	24	24
MOTOR I					
AD 2014-0036	FCDA Nº 904048	32M	01	06	6
Engine Inspection	30 Hours	30H	12	01	12
Engine Inspection	100 Hours	100H	04	01	4
Engine Inspection	200 Hours	200H	02	02	4
Engine Inspection	300 Hours	300H	02	02	4
Engine Inspection	400 Hours	400H	01	2	2
Engine Inspection	400 Hours // 12 Months	400H	01	02	2
Engine Inspection	600 Hours	600H	01	2	2
Engine Inspection	800 Hours	800H	01	13	13
Drain Engine Oil	Mobil Jet II	800H//24M	01	1	1
MOTOR II					
AD 2014-0036	FCDA Nº 904048	32M	01	06	6
Engine Inspection	30 Hours	30H	12	01	12
Engine Inspection	100 Hours	100H	04	01	4

Engine Inspection	200 Hours	200H	02	02	4
Engine Inspection	300 Hours	300H	02	02	4
Engine Inspection	400 Hours	400H	01	2	2
Engine Inspection	400 Hours // 12 Months	400H	01	02	2
Engine Inspection	600 Hours	600H	01	2	2
Engine Inspection	800 Hours	800H	01	13	13
Drain Engine Oil	Mobil Jet II	800H//24M	01	1	1
OUTROS SERVIÇOS					
Revitalização e retoques de pintura do casco.	-	12M	01	50	50
Pintura das pás do R/P e R/C		12M	01	50	50
SOMATÓRIO GERAL					**1118**

8.3 Quando a intervenção de manutenção exigir a troca de peça e/ou componente o serviço só poderá ser iniciado após o "aprovo" da CONTRATANTE, autorizando a compra de peças e/ou componentes quando já de posse do orçamento e *price list* apresentado pela CONTRATADA;

8.4 A CONTRATADA deverá atender as solicitações nos prazos seguintes, quando os materiais necessários estiverem disponíveis em estoque:

- <u>Máximo de 02 (dois) dias úteis</u> para começar os serviços – quando a solicitação for de prestação de serviços de caráter corretivo, do tipo *AOG* (*Aircraft on Ground*), ou seja, quando a aeronave estiver impedida de voar por necessidade de manutenção corretiva, contando o prazo a partir do recebimento da solicitação;

- <u>Máximo de 04 (quatro) dias úteis</u> para começar os serviços – quando a solicitação for de prestação de serviços de caráter corretivo, não classificado como *AOG* (*Aircraft on Ground*), ou seja, quando a aeronave não estiver impedida de voar por necessidade de manutenção corretiva, contando o prazo a partir da autorização prévia da CONTRATANTE;

8.5 Quando os materiais necessários não estiverem disponíveis no estoque da CONTRATADA, o prazo máximo para início dos serviços deverá ser de acordo com o prazo determinado pelo fornecedor acrescido do *lead-time* logístico;

8.6 A empresa terá prazo de 3 (três) dias para fornecimento de materiais, contados da data de autorização para compra emitida pelo CTA. Caso haja necessidade de importação de peças, os prazos da tabela do item 8.2 poderão ser aumentados mediante aprovação do CTA;

8.7 Os prazos definidos na tabela do item 8.2 serão computados a partir da entrega das peças a serem utilizadas nas inspeções;

8.8 A Contratada terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para realizar a cotação de preços das peças e materiais a serem trocados pela necessidade de manutenção.

8.9 Caso coincida a IAM (Inspeção Anual de Manutenção) com qualquer outra inspeção prevista para a aeronave, o CTA pagará apenas o valor referente à maior inspeção ou serviço necessário ao cumprimento da maior inspeção, podendo ficar a critério do CTA a antecipação da próxima inspeção a vencer, para fins de coincidir com a IAM;

8.10 No caso de haver mais de uma inspeção a ser realizada em conjunto com outra, o prazo delas poderá ser somado, devendo ser informado ao Fiscal do Contrato para ciência e aprovação do novo prazo.

8.11 A CONTRATADA deverá alertar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 75 (setenta e cinco) horas de voo ou 60 (sessenta) dias de vencimento, da necessidade de substituição de peças ou realização de manutenções programadas;

8.12 A CONTRATADA será dispensada de cumprir o prazo disposto no item anterior, se houver serviços programados de manutenção a serem executados nos primeiros 60 (sessenta) dias de vigência do contrato.

8.13 Após o atendimento de chamado, a CONTRATADA terá até 02 (dois) dias úteis para apresentar o relatório de discrepância juntamente com o orçamento dos materiais e/ou serviços, quando for o caso.

8.14 A CONTRATANTE terá prazo de 4 dias úteis para analisar o relatório de discrepância e, quando houver, o orçamento dos componentes e serviços corretivos, visando aprová-los ou recusá-los.

8.15 Nos casos de recusa do orçamento apresentado, desde que devidamente fundamentada, a CONTRATADA fará nova avaliação e/ou apresentará novo orçamento em até 24 horas.

8.16 A CONTRATADA terá os mesmos prazos mencionados nos itens 8.2 a 8.15 para corrigir as eventuais inconsistências dos serviços realizados, após comunicação, compreendendo substituições, reparos e correções necessárias durante o prazo de garantia dos serviços/produtos, sem ônus de qualquer espécie para a CONTRATANTE.

8.17 Os serviços deverão ser executados de acordo com o manual do fabricante para cada tipo de inspeção/revisão a ser realizada, obedecendo aos prazos estipulados neste Termo de Referência.

8.18 Os prazos para execução das inspeções e/ou revisões não poderão ultrapassar os prazos previstos no quadro de tempo padrão para as manutenções programadas da aeronave, sob pena de sofrer as sanções previstas no item 17 deste Termo;

8.19 Para efeito do item anterior o atraso não será considerado desde que seja proveniente de discrepância encontrada durante as inspeções e devidamente comunicado a CONTRATANTE.

8.20 Para outras intervenções não contempladas na relação do item 8.2 o tempo para manutenção será estipulado pelos técnicos do CTA em acordo com os técnicos da CONTRATADA, levando em conta a carga de trabalho a ser dispensada para execução do serviço.

8.21 Os prazos a que se refere o item 8 deste Termo de Referência poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e aceitos pelo Fiscal de Contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE fica obrigada a:

9.1 Efetuar o (s) pagamento (s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) referentes aos serviços efetivamente prestados e atestados pelo Fiscal do Contrato, no prazo acordado em contrato;

9.2 Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados e uniformizados, às dependências do CTA/SSP, para o desempenho dos serviços contratados;

9.3 Informar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sua diagonal de manutenção;

9.4 Acionar a CONTRATADA para a realização dos serviços através de documento oficial do CTA/SSP;

9.5 Autorizar a execução dos serviços e fornecimento de peças;

9.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidor especialmente designado pela CONTRATANTE;

9.7 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

9.8 Executar outras obrigações necessárias à execução do presente Termo de Referência, na legislação vigente e demais normas aplicáveis ao presente caso;

9.9 Os mecânicos de manutenção de aeronave do CTA, autorizados pela ANAC, serão responsáveis pela execução das inspeções até 100 (cem) horas, salvo na impossibilidade, qualquer que seja, de realização das referidas inspeções, caso em que a empresa CONTRATADA ficará responsável por estes serviços.

9.10 A CONTRATANTE se reserva o direito de impugnar profissional ofertado pela CONTRATADA, ainda que este cumpra todas as homologações para a realização do serviço, sempre que julgar necessário, para tanto, a CONTRATANTE apresentará por escrito, o pedido de substituição, no qual serão expostos os motivos, devidamente justificados para a realização da mesma;

10 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1 A licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 24.629/2008, Lei Complementar nº 123/2006 alterado pela Lei nº 147/2014, Lei Estadual nº 10.403 de 29 de dezembro de 2015 e, subsidiariamente, no que couber, a Lei federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

10.2 A licitação para a contratação do objeto deste Termo de Referência se dará na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global sob regime de execução de empreitada por preço unitário.

11 DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

11.1 A empresa vencedora será a que ofertar o menor valor global decorrente da seguinte equação:

11.1.1 Cálculo do valor estimado para os Serviços de Manutenção Programada (A):

Na proposta de preço para este Termo de Referência, a licitante deverá informar o valor da mão de obra para a **manutenção programada**, com serviços de aplicação de peças, componentes e acessórios, através da determinação do preço correspondente ao valor do Homem/Hora trabalhada. Esse valor será multiplicado pelo quantitativo total estimado de Horas para manutenção programada estipulado pelo Quadro de Tempo Padrão para as Manutenções Programadas da Aeronave EC 145, conforme item 8.2 deste Termo. Assim temos:

A = 1.118 Horas x valor do homem/hora

11.1.2 Cálculo do valor estimado para os Serviços de Manutenção não programada (B):

Será previsto, no orçamento total dos serviços conforme a demanda, o percentual de 100% (cem por cento) do valor estimado das manutenções programadas (A) para a execução dos serviços das **Manutenções Não Programadas (B)** (correção de discrepâncias, pesquisa de panes, aplicações de peças, componentes e acessórios, despesas com logísticas em missões externas). Assim temos:

B = 100% x valor de A

11.1.3 Cálculo do valor estimado para serviços de Manutenção em Equipamentos Opcionais, missão externa e logística (C):

Para **manutenção em equipamentos opcionais** (C), incluindo as despesas logísticas com missão externa se for o caso, será acrescido no orçamento total, 50% (cinquenta por cento) da soma dos valores estimados para Manutenção Programada (A) e Manutenção não programada (B). Assim temos:

C= 50% x valor de A+B

11.1.4 Cálculo do valor estimado para Serviço de Revisão Geral, missão externa e logística (D)

Para a **Revisão Geral (TBO), missão externa e logística** (D) dos componentes e acessórios, incluindo a logística de envio para o fabricante ou empresa especializada e

autorizada por este, será estimado o valor correspondente a 50% (cinquenta cento) da soma dos valores estimados para Manutenção Programada (A) e Manutenções não programadas (B). Assim temos:

D= 50% x valor de A+B

11.1.5 Cálculo do valor estimado para Fornecimento de peças, componentes e acessórios previsto para trocas sistemáticas no período de 12 (doze) meses de manutenção programada (E):

Para efeito de quantificação, a estimativa de valores para o **fornecimento de peças, componentes e acessórios** a serem utilizados na execução da **manutenção programada,** será de 100% (cem por cento) da soma dos valores estimados para Manutenção Programada (A) e Manutenções não programadas (B). Assim temos:

E=100% x valor de A+B

11.1.6 Cálculo do valor estimado para Fornecimento de peças, componentes e acessórios de acordo com a demanda no período de 12 (doze) meses para manutenções não programada, de opcionais, reparo, revisão geral de componentes e serviços especializados (F):

Para efeito de quantificação, a estimativa de valores para o **fornecimento de peças, componentes e acessórios** a serem utilizados na execução das **manutenções não programadas,** será de 100% (cem por cento) da soma dos valores estimados para Manutenção Programada (A) e Manutenções não programadas (B). Assim temos:

F =100% x valor de A +B

11.1.7 Valor Global da Proposta (VG)

VG=A+B+C+D+E+F

11.2 Os cálculos apresentados foram provenientes da *expertise* do corpo técnico do CTA, uma vez que a extensa quantidade de peças inseridas em um helicóptero, aliada a um rol imprevisível de problemas técnicos peculiares ao tipo de voo da aeronave, impede precisar qual parte da aeronave poderá sofrer avaria, o que inviabiliza a sua especificidade. Mesmo aqueles componentes limitados por tempo de uso podem apresentar panes antes do prazo estipulado pelo fabricante, o que torna o assunto de difícil prognóstico e previsão.

11.3 A Taxa de Administração determinará qual será o percentual, cobrado pela CONTRATADA que incidirá sobre os valores estimados para aquisição de peças, acessórios

e componentes e deverá estar de acordo com o estabelecido item 4.4 alínea “h” deste Termo de Referência.

11.4 Os preços cotados deverão estar em moeda nacional, inclusos os impostos e taxas e outras despesas decorrentes da execução dos serviços, referenciado pelo valor indicado pelo *price list* do fabricante;

Tabela - resumo

ITEM	DESCRIÇÃO	CÁLCULO		VALOR MÁXIMO (R$)
A	Manutenção programada	**Quantidade Horas**	**Valor Estimado do H/H (R$)**	
		1.118	400,00	
B	Manutenção não programada, missão externa e logística	100% VALOR DE A		
C	Manutenção de equipamentos Opcionais, missão externa e logística.	50% DO (VALOR DE A+B)		
D	Reparo, revisão geral, serviços especializados e logísticos.	50% DO (VALOR DE A+B)		
E	Fornecimento de peças, componentes e acessórios previsto para trocas sistemáticas no período de 12 (doze) meses de manutenção programada da aeronave modelo BK-117 C-2 / EC-145, Prefixo PR-MRH.	100% DO (VALOR DE A+B)		
F	Fornecimento de peças, componentes e acessórios de acordo com a demanda no período de 12 (doze) meses para manutenções (não programada, de opcionais, reparo, revisão geral de componentes e serviços especializados) da aeronave modelo BK-117 C-2 (EC-145), Prefixo PR-MRH.	100% DO (VALOR DE A+B)		
VG	**VALOR GLOBAL = A + B + C + D + E + F**			

12 DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar com a data de assinatura do contrato que será publicado em Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a

Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme redação do inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

12.2 A comprovação de que a prorrogação do prazo de vigência contratual é vantajosa para a Administração, será ela formalizada por meio de instrumento de aditamento contratual devidamente justificada pelo Fiscal do Contrato, com efetivação de pesquisa mercadológica, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13 DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá fornecer garantia conforme descrito a seguir:

13.1 Para serviços, a garantia será de 90 (noventa) dias ou 200 (duzentas) horas, a partir do recebimento da aeronave, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

13.2 Para equipamentos opcionais, as garantias concedidas pelos fabricantes dos opcionais serão as garantias estendidas e repassadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

13.3 Para material (peças, acessórios, componentes e sobressalentes), a garantia será as concedidas pelos fabricantes, contadas da data de instalação pela CONTRATADA ou a partir da data de emissão da Nota Fiscal, prevalecendo o mais benéfico à Administração.

13.4 Para peças, acessórios e componentes comprados pela CONTRATADA, deverá informar o prazo de garantia concedida pelo fornecedor.

13.5 A garantia dos serviços executados, peças, materiais ou equipamentos aplicados serão de responsabilidade da CONTRATADA, obrigando-se a administrar o processo de garantia junto ao fornecedor original.

13.6 Todo e qualquer custo proveniente da administração das garantias, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão, elaboração de termos de referência de reparo e reposição de materiais defeituosos, despesas com deslocamentos de equipes, comunicação, dentre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

13.7 A empresa a ser CONTRATADA estará obrigada a efetuar, a qualquer tempo, substituições de toda(s) a(s) unidade(s) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou divergência com as especificações requeridas, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

13.8 As peças instaladas que apresentarem defeitos de fabricação, sem que tenham atingido no mínimo 80% (oitenta por cento) da sua vida útil estimada por seu fabricante, sem que tenha havido desgastes provenientes da operação ou mau uso, devem ser substituídas por outra desde que o restante de sua vida útil seja semelhante àquela que apresentou problema.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vetada a subcontratação de outra(s) empresa(s) para a prestação integral do objeto contratual.

14.2 Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC e para serviços acessórios, tais como transporte de materiais.

14.3 O valor total das subcontratações previstas neste Termo de Referência está limitado a 40% quarenta por cento) do valor do contrato.

14.4 Antes de efetuar subcontratação de terceiros, no Brasil ou no Exterior, a CONTRATADA deverá solicitar autorização específica da CONTRATANTE, justificando o motivo, apresentando, no ato, orçamento do serviço a ser subcontratado.

14.5 Antes de autorizar a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE pesquisa de mercado com fornecedores distintos, com a finalidade de avaliar a economicidade.

14.6 A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

14.7 Os custos referentes ao transporte e seguro dos produtos aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar os serviços e fornecer as peças por meio de subcontratação são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA e deverão estar inclusos na taxa de administração, onde deverá constar na fatura dos serviços e/ou peças anexo com comprovantes das referidas despesas.

14.8 Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

14.8.1 Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15 DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços discriminados neste Termo, de acordo com os serviços efetivamente realizados e atestados.

15.2 O preço engloba as despesas com peças, componentes, acessórios, material, mão-de-obra, encargos sociais trabalhistas, fiscais, aduaneiros, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, tributos incidentes, isenções, pintura no grafismo estabelecido, treinamento de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desse CONTRATO. A omissão de qualquer despesa, tributação ou custo necessário à perfeita execução do objeto, não previstas neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, será interpretado como não existente ou já incluída no preço, não podendo a CONTRATADA pleitear qualquer acréscimo de preço a qualquer título.

15.3 O valor global do Contrato custeará as despesas dispostas neste Termo, não havendo limite mínimo e máximo para faturamento entre serviços e/ou peças, sendo que as execuções de serviços e fornecimento de peças e/ou componentes, no que couber, variarão de acordo com a demanda do CTA/SSP.

15.4 A CONTRATADA cobrará para as peças, acessórios e componentes utilizados na execução do objeto, o valor constante na lista de preço (*price list)* do fabricante, de forma individualizada, quantificada, convertido o valor do Dólar em Real, de acordo com a taxa P-tax (Taxa Oficial de Venda do Dólar Americano) ao câmbio do dia anterior ao da emissão da Nota Fiscal/Fatura, conforme tabela liberada pelo Banco Central do Brasil.

15.5 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente à CONTRATADA na Conta Corrente indicada pela CONTRATADA. O comprovante de depósito bancário equivale ao recibo de pagamento;

15.6 A CONTRATANTE não ficará sujeita a multa, por atraso no pagamento de serviços cobrados através de documentos não hábeis;

15.7 A suspensão dos pagamentos por parte da CONTRATANTE, por período de 90 (noventa) dias, poderá a CONTRATADA pleitear a rescisão deste Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, desobrigando-a do compromisso assumido perante esta SSP, sem prejuízo do direito de receber o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados até então e não pagos.

15.8 No caso de faturas apresentadas com atraso por culpa exclusiva da CONTRATADA, o prazo de pagamento será acrescido dos dias de atraso da apresentação sem que haja direito a qualquer acréscimo de preço relativo a esse período.

15.9 O preço do serviço contratado somente poderá ser reajustado, acordado entre as partes, depois de decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

15.10 A CONTRATANTE efetuará o pagamento a CONTRATADA, após a execução dos serviços devidamente atestados pelo Fiscal/Gestor do Contrato, em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada da respectiva Nota de Empenho;

15.11 Fica permitida a utilização de carta de correção, para regularização de erro ocorrido na emissão de documento fiscal, **desde que o erro não esteja** relacionado com as variáveis que determinam o valor do imposto, como base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação, relacionado à correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou destinatário e relacionado à data de emissão ou saída, conforme §1º-A do art. 7º do Convênio S/N, de 15 de dezembro de 1970. Caso ocorra erro relacionados as citadas situações acima, a Nota Fiscal será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções e o prazo para o pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

15.12 Não serão efetuados qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.13 É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste Termo.

16 DO RECEBIMENTO

16.1 Os serviços deverão ser executados nas condições e na forma descrita neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, integrante ao Contrato.

16.2 O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de prestar os serviços de acordo com as condições contidas neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que a CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de reposição, com todos os ônus por exclusiva expensas da CONTRATADA.

16.3 Os serviços serão recebidos por uma comissão previamente designada pela CONTRATANTE, e se dará:

16.2.1. Provisoriamente, em até cinco dias, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações e seu devido funcionamento;

16.2.2. Definitivamente, em até cinco dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e especificação dos serviços e consequente aceitação.

16.3. Os ensaios, testes, documentações, aprovações e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da CONTRATADA.

16.4. Recebidos os serviços, nos termos dos itens anteriores, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á o imediato saneamento dos mesmos, com ônus por exclusiva expensas da CONTRATADA.

16.5. A CONTRATANTE se reserva no direito de proceder a auditorias periódicas em todos os serviços prestados pela CONTRATADA, bem como em todos os quesitos referente às peças.

16.6. O serviço prestado pela CONTRATADA bem como o fornecimento de peças e outros materiais serão atestados pelo Fiscal do Contrato.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Conforme determina o art. 67 da Lei nº 8666/93, a fiscalização do Contrato será feita pelo Diretor do CTA ou outro servidor por ele designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no transcorrer da execução do presente Contrato.

17.2. A existência na atuação da fiscalização efetivada pelo fiscal do Contrato, em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne aos serviços prestados e as consequências e implicações próximas e remotas.

17.3. A CONTRATADA deverá manter preposto para representa-la durante toda a execução do contrato, previamente aprovado pela CONTRATANTE.

18 DO REAJUSTE

18.1 O contrato não poderá ser reajustado durante a periodicidade anual. Havendo prorrogação, os preços dos serviços poderão ser reajustados de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

R = V x I

Onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor inicial do contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

18.2 Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços.

18.3 A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

19 DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratado, como condição para assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, cujo prazo de validade não poderá ser inferior ao prazo de vigência do contrato objeto deste Termo de Referência.

19.1 A garantia será prestada em qualquer das seguintes modalidades:

a) Caução em Dinheiro

b) Títulos da Dívida Pública

c) Seguro – garantia e/ou

d) Fiança Bancária.

19.2 Se a opção da garantia recair em caução em dinheiro, o seu valor será depositado em nome da CONTRATANTE, em conta poupança em instituição bancária a ser oportunamente indicada, a fim de manter a atualização monetária.

19.3 Se a opção da garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.4 Se a modalidade escolhida for Seguro-Garantia, a CONTRATADA fará entrega à CONTRATANTE da competente Apólice, em nome da CONTRATANTE, no original, emitida

por entidade em funcionamento no País, cobrindo o risco de quebra do Contrato, devendo conter expressamente Cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade, assim como o prazo de validade não poderá ser inferior ao prazo de vigência do contrato.

19.5 Se a escolha recair na modalidade Fiança-bancária, a CONTRATADA fará entrega da Carta de Fiança Bancária, no original, emitida por instituição financeira em funcionamento no País, em nome da CONTRATANTE, devendo conter expressamente Cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade, assim como o prazo de validade que não poderá ser inferior ao prazo de vigência do contrato.

19.6 A CONTRATANTE poderá descontar do valor da garantia, toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

19.7 Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

19.8 A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades previstas nos artigos 81 ou 87 da Lei 8.666/93.

19.9 A CONTRATADA deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após a execução do objeto contratado.

19.10 Após a execução do objeto contratado e o atesto do Fiscal do Contrato, a “Garantia de Execução” será devolvida.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

20.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE**,** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

20.3 As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

20.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da adjudicatária, na forma da Lei.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

21.2 Não é permitida a divulgação dos serviços prestados pela empresa sem prévia anuência da Direção do CTA, bem como passarão a fazer parte do CTA quaisquer informações geradas a partir da execução dos serviços contratados.

21.3 A CONTRATADA será responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão.

21.5 O presente Termo de Referência deverá ser vinculado ao contrato de manutenção de maneira indissociável.

21.6 A Direção do CTA, juntamente com a Assessoria Jurídica da Secretaria de Segurança Pública, será responsável para dirimir os casos omissos ou não previstos por este Termo de Referência. Além disso, aplicar-se-ão também as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, e legislação correlata.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

São Luís - MA, 26 de junho de 2018.

Ismael de Sousa Fonseca – Coronel QOPM
Diretor do CTA

Aprovo o presente Termo de Referência
Em, _____/_____/ 2018

Jefferson Miler Portela E Silva
Secretário De Estado Da Segurança. Pública

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

ANEXO I do Termo de Referência

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AERONAVE BK 117 C2 – EC 145 de PREFIXO PR-MRH

NOME.....

EMPRESA: .....

CGC/CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

TELEFONE: ..... FAX: ..... E-MAIL: .....

RESPONSÁVEL: .....

CPF: .....

DADOS BANCÁRIOS: .....

Banco (nome e nº do banco): .....

Nº da Agência c/ Dígito.....

Nº da Conta corrente: .....

Apresentamos nossa proposta para a contratação de empresa especializada e homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e/ou aplicação de peças, componentes e acessórios, para aeronave modelo BK 117 C2 (EC 145), pertencente a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

(A) MANUTENÇÃO PROGRAMADA				
DESCRIÇÃO	**CÁLCULO**			**TOTAL (R$)**
Manutenção programada (A)	Cálculo	Horas	Valor do h/h (R$)	
	VALOR H/H X 1118	1.118		

(B) MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA, MISSÃO EXTERNA E LOGÍSTICA		
DESCRIÇÃO	**CÁLCULO**	**TOTAL (R$)**
Manutenção não programada, missão externa e logística (B)	100% VALOR DE A	

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

(C) MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS OPCIONAIS, MISSÃO EXTERNA E LOGÍSTICA.		
DESCRIÇÃO	**CÁLCULO**	**TOTAL (R$)**
Manutenção de equipamentos Opcionais, missão externa e logística. (C)	50% DO (VALOR DE A+B)	

(D) REPARO, REVISÃO GERAL, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E LOGÍSTICOS		
DESCRIÇÃO	**CÁLCULO**	**TOTAL (R$)**
Reparo, revisão geral, serviços especializados e logísticos. (D)	50% DO (VALOR DE A+B)	

(E) FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO PROGRAMADA		
DESCRIÇÃO	**CÁLCULO**	**TOTAL (R$)**
Fornecimento de peças, componentes e acessórios previsto para trocas sistemáticas no período de 12 (doze) meses de **manutenção programada** da aeronave modelo BK-117 C-2 / EC-145, Prefixo PR-MRH. (E)	100% DO (VALOR DE A+B)	

(F) FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA OPCIONAIS, REPARO, REVISÃO GERAL DE COMPONENTES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		
DESCRIÇÃO	**CÁLCULO**	**TOTAL (R$)**
Fornecimento de peças, componentes e acessórios de acordo com a demanda no período de 12 (doze) meses **para manutenções (não programada, de opcionais, reparo, revisão geral de componentes e serviços especializados)** da aeronave modelo BK-117 C-2 (EC-145), Prefixo PR-MRH. (F)	100% DO (VALOR DE A+B)	

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	**A+B+C+D+E+F**

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....(conforme item 4.4, alínea "h")

PRAZO DE EXECUÇÃO:.....(conforme edital).

PRAZOS DE GARANTIA:.....(conforme edital).

VALIDADE DA PROPOSTA: .....(Mínimo de 60 dias)

LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Conforme item 4.4, alínea "b" deste Termo de Referência.

b) Ou ainda, em caráter provisório em qualquer outra cidade do Estado do Maranhão, de acordo com a necessidade.

LOCAL e DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Identificação e qualificação do subscritor

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP-MA

ANEXO II

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

À

Secretaria de Estado da Segurança Pública -SSP

Ref.: PREGÃO Nº 16/2018 – SSP/MA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., por seu (a) representante legal ..... credencia o Sr(ª). _____, portador (ª) da CI n.º _____ e do CPF n.º _____, para representá-la na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

_____

Nome e assinatura do representante legal

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP-MA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 32 § 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do **PREGÃO 16/2018 – SSP/MA,** e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata.

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

São Luís/MA, _____ de _____ de 2018.

_____
(Nome da empresa e de seu Representante Legal com a devida qualificação, assinatura, RG e CPF)

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP/MA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

. . . . . ., inscrita no CNPJ n o . . . . . ., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.) . . . . . ., portador(a) da Carteira de Identidade nº . . . . . e do CPF n o . . . . DECLARA, para fins do disposto no subitem 4.7 do Edital, do **PREGÃO Nº 16/2018 –SSP/MA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

. . . . . .

(data)

. . . . . .

(representante legal)

OBS.

1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

2) Esta declaração deverá ser entregue ao (à) Pregoeiro (a), após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP-MA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

(CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

A

Secretaria de Estado da Segurança Pública -SSP

Ref.: **PREGÃO Nº 16/2018 – SSP/MA**

(empresa)....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ☐

Atenciosamente,

.....

data

.....

(nome da empresa e assinatura do seu representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP-MA

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº __/2018–SSP

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE QUE SÃO PARTES O **ESTADO DO MARANHÃO** ATRAVÉS DA **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MARANHÃO – SSP/MA** E A EMPRESA_____**.**

O ESTADO DO MARANHÃO, ente de Direito Público, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,** sediada na Av. dos Franceses, s/n, V. Palmeira – São Luís/MA, inscrita no CNPJ/MF Nº. 06.354.500/0001-08, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu titular _____**,** brasileiro, portador do RG nº. ....., SSP/MA e do CPF nº. ....., residente e domiciliado à ....., nesta capital, e a empresa ....., com sede à ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n° ....., doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo (a) Sr. (ª) ....., resolve celebrar o presente **Contrato**, nos termos do Edital de Pregão nº. 16/2018 - SSP, seus Anexos, conforme consta do processo nº. 95492/2018 – SSP, e da Proposta de Preços da Contratada, que a estes integram, independente de transcrição, em conformidade com o disposto na Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada e homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e/ou aplicação de peças, componentes e acessórios para aeronave modelo BK 117 C2 (EC 145),** pertencente a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão, de acordo com as especificações e quantidades constantes do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018-SSP/MA**, Termo de Referência e da Proposta de Preços da Contratada, partes integrantes deste Contrato:

Transcrever da proposta adjudicada

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços contratados serão realizados por execução indireta, sob o regime de empreitada

por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados, preferencialmente, na base de operação do Centro Tático Aéreo/MA (CTA), na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, exceto aquelas que, devido ao nível de complexidade, a autoridade aeronáutica não autorizar sua realização fora da sede da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A manutenção da aeronave será realizada por meio das seguintes ações:

a) Os serviços de manutenção preventiva e corretiva compreendem a prestação de mão de obra especializada para o cumprimento do que preveem os Manuais de Manutenção do fabricante da aeronave e dos motores (não contemplados pelo SBH); o fornecimento de peças, materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos e sua administração; e toda e qualquer correção de discrepâncias observada na vigência do contrato e especificamente nos seguintes itens:

a.1) Cumprimento todas as inspeções determinadas pelo fabricante do motor e célula da aeronave, PR-MRH EC 145, objeto deste Termo;

a.2) Cumprimento de todas as Diretrizes de Aeronavegabilidade (AD/DA), os boletins e ordens de serviço emanadas pelo fabricante do motor (não cobertos pelo SBH), célula e aviônicos;

a.3) Correção de discrepâncias apresentadas na aeronave;

a.4) Retirada, transporte, reparação e instalação de motor, pás, componentes, aviônicos, componentes mecânicos pertencentes à aeronave;

a.5) Limpeza interna e externa da aeronave com polimento;

a.6) Serviços de pintura da aeronave;

a.7) Realizar o balanceamento das pás do rotor principal e do rotor traseiro sempre que houver intervenção nas pás, cabeça do rotor, links, ou ainda, sempre que requerido em decorrência da apresentação, pela aeronave, de vibrações fora do envelope operacional;

a.8) Manutenção e restauração do interior da aeronave.

b) O **Serviço de Controle Técnico** deverá ser um sistema de relatórios técnicos informatizados independentes para a aeronave, cujo principal objetivo é oferecer ao Centro Tático Aéreo -CTA, as informações e dados que permitam o planejamento da manutenção da aeronave com acompanhamento das peças de vida útil controlada, de modo a mantê-la em condições de aeronavegabilidade, conforme os requisitos de manutenção prescritos pelo fabricante, as exigências das autoridades aeronáuticas e a legislação aplicável.

b.1) Para a realização do Serviço de Controle Técnico, o CTA disponibilizará à empresa os seguintes dados:

b.1.1) Horas de voo, acionamentos e pousos;

b.1.2) Discrepâncias apresentadas;

b.1.3) Informações sobre serviços de manutenção realizados, tais como substituição de componentes com vida útil controlada e inspeções cumpridas.

b.2) Os Serviços de Controle Técnico serão apresentados sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e em arquivo magnético de planilha eletrônica, contendo no mínimo, os seguintes dados:

b.2.1) Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, das pás, pousos, além dos vencimentos das principais inspeções, IAM, peso e balanceamento, licença de estação e seguros;

b.2.2) Histórico de todas as inspeções realizadas;

b.2.3) Relação de inspeções a serem cumpridas;

b.2.4) Controle de componentes com vida útil controlada/limitada;

b.2.5) Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade;

b.2.6) Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e opcionais;

b.2.7) Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada; e

b.2.8) Controle e atualização dos conjuntos de manuais da aeronave.

b.3) A empresa arcará com toda a responsabilidade referente ao pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da não observância de algum dos itens referentes ao serviço de controle técnico, bem como será responsabilizada civil e criminalmente por qualquer falha na realização dos serviços;

b.4) Será fornecida pela empresa, uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos. Estas listagens serão atualizadas mensalmente;

b.5) A empresa enviará ao CTA extratos das inspeções a serem realizadas na aeronave e seus motores e dos vencimentos dos componentes com vida útil limitada e de diretivas técnicas mandatórias com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência à realização do serviço adequado para o seu cumprimento;

b.6) A partir da vigência dos serviços, sempre que os fabricantes ou autoridades aeronáuticas emitirem diretivas técnicas mandatórias ou opcionais aplicáveis à aeronave ou seus motores, a empresa enviará ao CTA um sumário explicativo daquelas diretivas com informações gerais sobre seu cumprimento;

b.7) O Serviço de Controle Técnico inclui os serviços de revisão e/ou atualização de publicações e biblioteca técnica da aeronave, tais como manuais de voo, manuais dos motores e estruturais, manuais de manutenção, catálogos de peças, dentre outras. NÃO estão incluídas neste item e não serão exigidas da CONTRATADA a manutenção e atualização das publicações do DECEA (ROTAER, AIP-MAP, AIP-BRASIL, AIC) exigidas a bordo da aeronave.

b.8) A empresa se responsabilizará pelo controle do vencimento de quaisquer licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave, informando ao CTA destes prazos com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;

b.9) A empresa deverá fornecer ao CTA as informações relativas ao controle técnico, na forma prevista, sempre que solicitado, bem como permitir total acesso do CTA aos dados de controle técnico da aeronave em poder da empresa.

c) Com relação ao **FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** a serem utilizados nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, deverá ser observado o seguinte:

c.1) **COMPRA SIMPLES**

c.1.1) Todos os materiais, equipamentos, acessórios e peças, nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, a qual responsabilizar-se-á pela procedência, pela qualidade e pela garantia, arcando com todo ônus decorrente da não observância deste item.

c.1.2) O valor das peças, componentes e acessórios terá como referência a lista de preços do fabricante (*price list).* A CONTRATADA poderá acrescer ao valor do *price list* a Taxa de Administração. Este acréscimo deverá obedecer ao prescrito no item 4.4, alínea “h”.

c.1.3) As peças, componentes e equipamentos devem estar acompanhados da documentação aplicável, conforme exigência da autoridade aeronáutica brasileira. Conforme aplicável, os itens deverão ser remetidos juntamente com a Etiqueta de Aprovação de Aeronavegabilidade (Formulário SEGVOO 003) devidamente preenchido de acordo com a **Instrução de Aviação Civil – IS 43.9-002 B**, com a Ficha Matrícula de Equipamento (Log Card), ou com o Certificado de Conformidade. Em todos os casos, os componentes deverão ser remetidos com a correspondente Nota Fiscal de remessa.

c.2) **DA TROCA STANDARD**

c.2.1) Na eventualidade de algum componente, peça ou acessório necessitar ser submetido à revisão geral ou até mesmo reparo, cuja previsão de retorno seja muito grande ou, cujo valor justifique, com o intuito de não diminuir o tempo de disponibilidade da aeronave, poderá se proceder a “Troca Standard”, depois de constatada a vantagem para a Administração Pública;

c.2.2) A “Troca Standard” é a substituição deste componente por uma peça, nova ou revisada, disponível para pronta entrega, submetendo-se aos mesmos procedimentos de aprovação de orçamento específico para esta finalidade. A diferença entre a “Troca Standard” e a substituição de peças, é que esta última ocorre quando as peças não apresentam mais condições de uso ou recuperação. No caso da “Troca Standard”, a peça substituída pode ainda ser reutilizada desde que submetida a uma revisão. O elevado custo-benefício deste procedimento se justifica, pelas seguintes razões:

- Suprime-se a etapa de revisão do componente;
- Diminui-se substancialmente o tempo de inoperância da aeronave;
- Revisar a peça tem aproximadamente o mesmo custo da “Troca Standard”;
- A garantia do componente é a mesma que ele teria se submetido a uma revisão normal.

c.2.3) Logo, quando da revisão, reparo ou substituição de peças/componentes, após a avaliação dos custos para tal serviço e instalação de um componente tecnologicamente mais moderno/atualizado, desde que o custo seja mais vantajoso para o Estado, poderá a Administração, após avaliação e aprovação do valor do orçamento, optar pela Troca Standard.

c.2.4) Em caso de aquisição de peças, componentes e acessórios, a base de troca, a CONTRATADA providenciará a documentação de transferência de propriedade, caso exigido pelo fornecedor, constando todas as informações do componente e o remeterá à apreciação do CTA.

c.2.5) Nos casos de troca standard a CONTRATADA poderá realizar o faturamento, segundo a regra do item 4.4, alínea “h”.

c.3) Todas as peças, materiais e equipamentos aplicáveis deverão ser originais ou as recomendadas pelo fabricante, com as respectivas documentações de rastreabilidade;

d) Outras informações importantes para a composição do preço

d.1) A previsão é que a aeronave voe, aproximadamente, 400 (quatrocentas) horas no período de um ano;

d.2) Os serviços serão prestados, preferencialmente, na base de operação do CTA/MA, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, exceto aquelas que, devido ao nível de complexidade, a autoridade aeronáutica não autorizar sua realização fora da sede da CONTRATADA;

d.3) Para efeitos de julgamento, será adotado o critério de Menor Preço Global;

d.4) Por definição, Taxa de Administração significa a taxa de *markup* incidente no fornecimento de peças e componentes. Sua finalidade é ressarcir a CONTRATADA de todas as despesas relativas ao serviço de fornecimento de peças, tais como: despesas com o frete, com o seguro relativo ao transporte, custos tributários, despesas operacionais administrativas e demais despesas administrativas, gastos com veículos próprios e de terceiros, desembaraços alfandegários, comunicação, autenticações, serviços de “*freight forward*” no exterior, aluguel de escritório na área alfandegária, remunerações fixas e variáveis dos funcionários diretamente envolvidos nos processos de conferência, envio e recebimento das peças e componentes para reparo no Brasil ou no Exterior, negociadores, processadores de documentação, embalagens especiais, depósitos alfandegários, inspeção e conferência da rastreabilidade dos componentes, bem como os custos relacionados à administração das garantias dos componentes junto aos fornecedores originais;

d.5) Para o fornecimento de materiais (peças, acessórios e componentes) necessários a qualquer serviço de manutenção na aeronave, a CONTRATADA apresentará, anexo ao orçamento, tabela de preços oficiais do fabricante *(price list*) atualizada, que será considerada como preço de referência quando da aplicação da Taxa de Administração, com suas páginas rubricadas pelo responsável comercial da empresa, dentro de sua validade;

d.6) O valor faturado à CONTRATANTE será composto do valor de referência mais o percentual de Taxa de Administração, não podendo ser pleiteado pela CONTRATADA o pagamento de qualquer valor adicional;

d.7) Para faturamento dos materiais, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente à do dia anterior ao do faturamento, conforme tabela liberada pelo Banco Central do Brasil;

d.8) Para efeito de faturamento, a licitante poderá acrescer ao valor do *price list* (em se tratando de fornecimento de peças, componentes e acessórios) as despesas inerentes a impostos e taxas incidentes e despesas administrativas (os quais devem ser discriminados), além das despesas com transporte de material, quando aplicável, sendo percentual máximo admissível em até 30% do valor da peça constante na *price list* do fabricante, assim considerado conforme os itens “d”, “e”, “f” e “g” acima citados; (Taxa de Administração)

d.8.1) O II (Imposto de Importação) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) são impostos que variam de acordo com a classificação fiscal NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) de cada item, sendo que sua classificação obedece às especificações constantes da tabela de incidência do imposto sobre os produtos industrializados (TIPI), não sendo possível estabelecer-se um índice único a ser aplicado na tabela *price list* do fabricante. Portanto, estes impostos, quando aplicáveis, serão acrescidos aos preços dos materiais (peças, acessórios e componentes) no efetivo momento de aquisição, conforme sua classificação fiscal, devendo estar inserido dentro do percentual acima especificado;

d.8.2) O valor do ICMS deverá obedecer ao contido na Lei Estadual nº 7.799 de 19/12/2002 e estar inserido dentro do percentual acima referido;

d.8.3) O percentual máximo admissível no subitem 4.4, alínea “h” está em consonância com os praticados por outras unidades aéreas da Federação.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO FORA DA BASE

a) A CONTRATADA deverá disponibilizar seu corpo técnico em qualquer localidade do Território Nacional, incluindo sábados, domingos e feriados, responsabilizando-se também por todas as despesas de salários, encargos sociais, treinamento, supervisão, passagens, diárias, hotéis, transporte e alimentação;

b) Para realização de serviços fora da sua base, a empresa deverá apresentar, nos prazos estabelecidos no item 8 deste Termo, independentemente do local onde estejam, os equipamentos e técnico especializado para a solução do problema;

c) Nas situações disposta no item 5 para realizar os serviços previstos, a CONTRATADA deverá faturar, como homem-hora trabalhada, as horas de translado dos técnicos, da base da CONTRATADA até o local para execução dos serviços. Este valor visa cobrir os eventuais gastos com deslocamentos, hospedagem, alimentação e quaisquer outros que se façam necessários por parte da CONTRATAD;

d) Em caso de acidente ou incidente com a aeronave descrita neste Termo, o ônus decorrente de remoção, transporte, seguro e outras despesas com a aeronave acidentada ou

impossibilitada de voar, em caso de sinistro, do local de sua ocorrência até o local de manutenção, será assumido pela CONTRATADA, que será ressarcido posteriormente pela CONTRATANTE, após aprovação dos gastos pelo Fiscal do Contrato, devendo o valor ser convertido em homem-hora. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos envolvendo todos os custos da operação;

e) Nos casos de ocorrências de emergência ou de pane na aeronave fora de sua base, em sendo solicitado por escrito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços imediatamente assim que o aporte logístico estiver disponível para a respectiva intervenção, não podendo exceder 48 horas e nem os outros prazos descritos neste Termo. Fica estipulado que o índice do homem-hora trabalhada nessas circunstâncias será cobrado:

1. **Fora do horário de expediente**: com acréscimo de 100% (cem por cento) por serviços realizados (homem-hora trabalhada) de segunda a sexta-feira no período compreendido entre 18:00 e 08:00 horas e aos sábados, domingos e feriados nacionais;

f) Havendo a necessidade de traslado da aeronave para manutenções fora da Base do CTA, os custos com combustível e taxas referente ao deslocamento ocorrerão por conta da CONTRATADA que será ressarcido posteriormente pela CONTRATANTE, após aprovação dos gastos pelo Fiscal do Contrato, devendo o valor ser convertido em homem-hora. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos envolvendo todos os custos da operação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de prestar os serviços de acordo com as condições contidas neste Contrato e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que a CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de reposição, com todos os ônus por exclusivas expensas da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços serão recebidos por uma comissão previamente designada pela CONTRATANTE, e se dará:

a) Provisoriamente, em até cinco dias, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações e seu devido funcionamento;

b) Definitivamente, em até cinco dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e especificação dos serviços e consequente aceitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os ensaios, testes, documentações, aprovações e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - Recebidos os serviços, nos termos dos itens anteriores, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á o imediato saneamento dos mesmos, com ônus por exclusivas expensas da CONTRATADA.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATANTE se reserva no direito de proceder a auditorias periódicas em todos os serviços prestados pela CONTRATADA, bem como em todos os quesitos referente às peças.

PARÁGRAFO SEXTO - O serviço prestado pela CONTRATADA bem como o fornecimento de peças e outros materiais serão atestados pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

O Valor Total para a execução dos serviços, objeto deste contrato, é de R$ _____ (_____), nele incluindo todos os custos de despesa direta e indireta.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços efetivamente realizados e atestados e apresentação da Nota Fiscal discriminativa, acompanhada da fatura e devidamente atestada por servidor designado para este fim, por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente, para crédito na conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste contrato, devendo o fornecedor, na oportunidade, estar cadastrado no SIAGEM e SIAFEM**.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, diretamente à **CONTRATADA**, na conta corrente nº....., Agência nº. ....., do Banco nº..... O comprovante de depósito bancário equivale ao recibo de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATANTE** não pagará multa por atraso cobrada através de documentos não hábeis, total ou parcialmente, bem como por motivo de pendência ou descumprimento de obrigações contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A Nota Fiscal deverá estar de acordo com as condições da proposta, com preço unitário e total, em nome da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratada, como condição para assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, cujo prazo de validade não poderá ser inferior ao prazo de vigência deste contrato. A garantia será prestada em qualquer das seguintes modalidades:

i. Caução em Dinheiro

ii. Títulos da Dívida Pública

iii. Seguro – garantia e/ou

iv. Fiança Bancária.

a) Se a opção da garantia recair em caução em dinheiro, o seu valor será depositado em nome da CONTRATANTE, em conta poupança em instituição bancária a ser oportunamente indicada, a fim de manter a atualização monetária.

b) Se a opção da garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

c) Se a modalidade escolhida for Seguro-Garantia, a Contratada fará entrega à Contratante da competente Apólice, em nome da CONTRATANTE, no original, emitida por entidade em funcionamento no País, cobrindo o risco de quebra do Contrato, devendo conter expressamente Cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade, assim como o prazo de validade não poderá ser inferior ao prazo de vigência do contrato.

d) Se a escolha recair na modalidade Fiança-bancária, a Contratada fará entrega da Carta de Fiança Bancária, no original, emitida por instituição financeira em funcionamento no País, em nome da CONTRATANTE, devendo conter expressamente Cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade, assim como o prazo de validade que não poderá ser inferior ao prazo de vigência do contrato.

e) A CONTRATANTE poderá descontar do valor da garantia, toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

f) Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

g) A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades previstas nos artigos 81 ou 87 da Lei 8.666/93.

h) A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após a execução do objeto contratado.

i) Após a execução do objeto contratado e o atesto do Fiscal do Contrato, a “Garantia de Execução” será devolvida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O contrato não poderá ser reajustado durante a periodicidade anual. Havendo prorrogação, os preços dos serviços poderão ser reajustados de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

R = V x I

Onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor inicial do contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

CLÁUSULA ONZE - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DOZE – DA GARANTIA

A empresa prestadora dos serviços e fornecedora dos materiais deverá fornecer garantia conforme descrito a seguir:

a) Para serviços a garantia será de 90 (noventa) dias ou 200 (duzentas) horas, a partir do recebimento da aeronave, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

b) Para equipamentos opcionais, as garantias concedidas pelos fabricantes dos opcionais serão as garantias estendidas e repassadas pela Contratada à Contratante.

c) Para material (peças, acessórios, componentes e sobressalentes), a garantia será a concedida pelo fabricante, contada da data de instalação pela Contratada ou a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

d) Quando a garantia do prestador de serviço for superior ao estabelecido neste Contrato, prevalecerá o mais benéfico à Administração.

e) Para peças, acessórios e componentes adquiridos pela Contratada, esta deverá informar o prazo de garantia concedida pelo fornecedor.

f) A garantia dos serviços executados, peças, materiais ou equipamentos aplicados serão de responsabilidade da Contratada;

g) Todo e qualquer custo proveniente da administração das garantias, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão, elaboração de termos de referência de reparo e reposição de materiais defeituosos, despesas com deslocamentos de equipes, comunicação, dentre outros,

serão por conta e responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

h) A empresa a ser contratada estará obrigada a efetuar, a qualquer tempo, substituições de toda(s) a(s) unidade(s) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou divergência com as especificações requeridas, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

i) As peças instaladas que apresentarem defeitos de fabricação, sem que tenham atingido no mínimo 80% (oitenta por cento) da sua vida útil estimada por seu fabricante, sem que tenha havido desgastes provenientes da operação ou mau uso, devem ser substituídas por outra que tenha tempo o restante de sua vida útil semelhante a que apresentou problema.

CLAUSULA TREZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária a seguir: **ÓRGÃO: 19.000 – Secretaria de Estado da Segurança Pública; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 19.101 – SSP; Função: 06; Subfunção: 181; PROGRAMA: 0577; PROJ/ATIV: 4832-2; Natureza de Despesa: 339039 e 339030; PI: CTAMANUTENC-SSP; Fonte de Recurso: 0101.**

CLÁUSULA CATORZE – DA SUBCONTRATAÇÃO

a) É vetada a subcontratação de outra(s) empresa(s) para a prestação integral do objeto contratual.

b) Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC e para serviços acessórios, tais como transporte de materiais.

c) O valor total das subcontratações previstas neste Termo está limitado a 40% quarenta por cento) do valor do contrato.

d) Antes de efetuar subcontratação de terceiros, no Brasil ou no Exterior, a CONTRATADA deverá solicitar autorização específica da CONTRATANTE, justificando o motivo, apresentando, no ato, orçamento do serviço a ser subcontratado.

e) Antes de autorizar a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE pesquisa de mercado com fornecedores distintos, com a finalidade de avaliar a economicidade.

f) A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

g) Os custos referentes ao transporte e seguro dos produtos aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar os serviços e fornecer as peças por meio de subcontratação são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA e deverão estar inclusos na taxa de administração, onde deverá constar na fatura dos serviços e/ou peças anexo com comprovantes das referidas despesas.

h) Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda

nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

1. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUINZE – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** se compromete a:

a) Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (is) referentes aos serviços efetivamente prestados e atestados pelo Fiscal do Contrato, no prazo acordado neste contrato;

b) Permitir o acesso dos funcionários da Contratada, devidamente credenciados e uniformizados, às dependências do CTA/SSP, para o desempenho dos serviços contratados;

c) Informar à Contratada, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sua diagonal de manutenção;

d) Acionar a Contratada para a realização dos serviços através de documento oficial do CTA/SSP;

e) Autorizar a execução dos serviços e fornecimento de peças;

f) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidor especialmente designado pela Contratante;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

h) Executar outras obrigações necessárias à execução do presente Contrato, na legislação vigente e demais normas aplicáveis;

i) Os mecânicos de manutenção de aeronave do CTA, autorizados pela ANAC, serão responsáveis pela execução das inspeções até 100 horas, salvo na impossibilidade, qualquer que seja, de realização das referidas inspeções, caso em que a empresa contratada ficará responsável por estes serviços.

j) A CONTRATANTE se reserva o direito de impugnar profissional ofertado pela CONTRATADA, ainda que este cumpra todas as homologações para a realização do serviço, sempre que julgar necessário, para tanto, a contratante apresentará por escrito, o pedido de substituição, no qual serão expostos os motivos, devidamente justificados para a realização da mesma.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Visando o cumprimento do objeto deste Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:

a) Os serviços de manutenção deverão ser realizados, em princípio no Hangar do Centro Tático Aéreo-CTA, em São Luís – MA, cujo designativo é SWLW, desde que seja possível atender os quesitos técnicos e os meios necessários para a execução;

b) Manter em estoque os materiais necessários para a execução dos serviços cotados e em especial para os das manutenções por decurso de tempo;

c) Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços, peças e componentes aplicados nos termos da legislação vigente;

d) Refazer, em igual prazo de execução, contados a partir da comunicação, os serviços ou substituição de peças, materiais e equipamentos considerados inadequados pela CONTRATANTE, às suas expensas;

e) Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se pelas prescrições e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

f) Manter os funcionários nas dependências do hangar do CTA, devidamente uniformizados e identificados por crachás, quando em serviço;

g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta, no total ou em parte, o patrimônio da CONTRATANTE em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de utilização de materiais inadequados na execução dos serviços contratados;

h) Apresentar à Administração comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas a seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da Administração;

i) Cumprir Legislação Trabalhista em vigor de forma que não afete a qualidade do serviço prestado e comprometa a segurança de voo;

j) Informar, previamente, o quadro técnico de funcionários que atenderá as demandas da CONTRATANTE e quaisquer alterações que ocorrerem. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo;

k) Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CTA;

l) Cumprir as disposições legais Municipais, Estaduais e Federais que interfiram na execução do serviço;

m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da Administração em seu acompanhamento;

n) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus funcionários a aeronave objeto do contrato, durante todo e qualquer serviço e no período em que a mesma permanecer sob sua responsabilidade, ainda que nas dependências do hangar da CONTRATANTE;

o) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, ainda que no recinto da CONTRATANTE, respondendo pelos danos e pelo desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

p) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação na fase da licitação, em especial, no tocante à revalidação da licença de funcionamento correspondente ao exercício vigente junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

q) Realizar todos os serviços de acordo com o manual atualizado do fabricante de célula, de motor (não contemplados pelo SBH) e aviônicos;

r) Prestar assistência técnica durante vistorias da ANAC ou outros órgãos da aviação;

s) Prestar assistência à CONTRATANTE no processamento das reivindicações junto ao fabricante, quanto à garantia da aeronave, das peças ou componentes substituídos, reparados ou locados que a CONTRATADA vier a instalar na aeronave;

t) Prestar serviços dentro dos limites da homologação concedida pela ANAC e pelo fabricante;

u) Remeter à ANAC toda a documentação exigida;

v) Manter correspondência com o fabricante quando necessário;

w) Manter entendimentos sobre problemas de manutenção com os representantes técnicos do fabricante da aeronave e do motor, redigindo e remetendo aos mesmos relatórios de deficiência do material, quer estejam em garantia ou não;

x) Manter rígido controle atualizado dos componentes com o tempo de vida limitado ou que sofram revisão, bem como das modificações aplicadas, remetendo ao CTA, mensalmente, Mapa de Controle de Inspeções e Mapa de Controle de Componentes do Motor e Célula, alertando o operador, por escrito ou por e-mail, a proximidade das intervenções de manutenções exigidas pelo fabricante;

y) Providenciar, junto ao fabricante ou fornecedor, o cumprimento da garantia dos componentes e peças instalados na aeronave;

z) Franquear o acesso dos prepostos da Administração aos documentos referentes à composição dos preços relacionados ao contrato, prestando-lhe toda informação solicitada;

aa) Arcar com a responsabilidade por qualquer acidente devido as suas atividades na execução de seus serviços, como por exemplo: danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, uso ilícito de patentes ou homologações registradas, falhas de equipamento, indenizações resultantes de atos de terceiros que estejam em conexão com os serviços incluídos no contrato;

bb) Restituir a CONTRATANTE as peças e/ou componentes substituídos na aeronave, devidamente identificadas e juntamente com um relatório onde conste cada item substituído e razão técnica de sua substituição;

cc) Fornecer peças e componentes de reposição que serão aplicadas na aeronave apresentando, antes do serviço ser autorizado pela CONTRATANTE, orçamento com o *Price List* do fabricante e/ou fornecedor, a indicação completa do produto, a descrição do valor acrescido (se houver), conforme Item 4.4 Alínea "h", o *Part Number* do material e o *Serial Number* (se houver);

dd) Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, seguros, impostos e outros referentes ao transporte de peças, materiais e equipamentos da aeronave que necessitarem de reparo ou avaliação fora da localidade em que estiver sendo realizada a manutenção da aeronave**.** Estas despesas serão repassadas à Contratante mediante a apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, acrescidos da taxa de administração;

ee) Todos os materiais, equipamentos, acessórios e peças, nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, a qual se responsabilizará pela procedência, pela qualidade e pela garantia, arcando com todo ônus decorrente da não observância deste Termo;

ff) Responder pela garantia dos serviços, das peças e dos materiais aplicados por ela e por empresa terceirizada, obrigando-se a administrar o processo de garantia junto ao fornecedor original;

gg) Responsabilizar-se por todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição de materiais defeituosos, comunicação, deslocamento de equipes da empresa em caráter de visita técnica, quando houver necessidade, entre outros, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão;

hh) Fornecer a CONTRATANTE toda documentação técnica necessária para a manutenção, operação e cumprimento das determinações emitidas pela ANAC e/ou do fabricante da aeronave, motor, aviônicos e de seus equipamentos opcionais, bem como, outros serviços relacionados à manutenção da aeronave;

ii) Todas as peças, materiais e equipamentos aplicáveis deverão ser originais ou as recomendadas pelo fabricante, com as respectivas documentações de rastreabilidade;

jj) O CTA requisitará, a qualquer tempo, os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento;

kk) Cumprir os prazos estabelecidos no neste Termo;

ll) A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços dentro dos prazos acordados no presente Termo, de acordo com as requisições emitidas, com as especificações e procedimentos descritos neste Termo e na proposta apresentada pela CONTRATADA, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição ou refazimento quando constatado discrepâncias no seu recebimento pelo Centro Tático Aéreo-CTA/SSP, sem ônus para a CONTRATANTE;

mm) Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente ocorridas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

nn) Permitir o acompanhamento, pelos técnicos ou servidores indicados pela CONTRATANTE, dos serviços de manutenção na aeronave deste CTA/SSP quando realizados na base da CONTRATADA, obedecendo às regras internas, sendo que os custos com hospedagem, passagem e alimentação correrão por conta da CONTRATANTE;

oo) Arcar com os custos da tripulação, que acompanhar as manutenções na base da CONTRATADA, referentes aos deslocamentos do local onde estiverem hospedados até os locais de realização das manutenções e para aeroporto se houver necessidade;

pp) Durante o período em que a aeronave permanecer em manutenção no hangar da CONTRATADA, esta deverá proporcionar sua hangaragem, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos ou perdas causados na aeronave durante este período;

qq) Dar assistência técnica e manutenção, quando necessário, no que se refere às seguintes especialidades:

1. Eletricidade e eletrônica;
2. Instrumentos;
3. Ensaios não destrutivos;
4. Chapas e metais;
5. Componentes;
6. Opcionais;
7. Outros que venham a ser considerados importantes para a manutenção da aeronave, balanceamentos, pinturas, soldas especiais, avaliação de qualidade do combustível, lubrificantes e fluidos hidráulicos.

rr) A CONTRATANTE poderá indicar servidores do CTA com curso de manutenção para cumprir estágio, acompanhando as intervenções realizadas na aeronave, a fim de obtenção da certificação deste (s) profissional (ais), junto a Agência Nacional de Aviação Civil. Os encargos trabalhistas e previdenciários destes estagiários serão responsabilidade da CONTRATANTE;

ss) A CONTRATADA se obriga em fornecer todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE, que se reserva ao direito, a qualquer tempo, em auditar ou dirimir qualquer dúvida acerca do estado técnico e operacional da aeronave;

tt) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação; A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Secretaria de Segurança Pública-SSP nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a empresa renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SSP;

uu) Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com as operações do CTA, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

vv) Realizar manutenções, quando necessário, em qualquer localidade do território nacional, sem custos adicionais com pagamento de passagens, diárias e hospedagem da equipe técnica, bem como quaisquer outros custos não neste Termo;

ww) Submeter documento que formalize o procedimento de entrega e de recebimento da aeronave, para entrada e saída de manutenção, tratando-se de condição determinante para o fechamento do serviço correspondente;

xx) Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente da inobservância dos prazos para revisões e inspeções junto aos órgãos aeronáuticos e também junto aos fabricantes da aeronave, desde que comprovada sua responsabilidade.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Os motivos ensejadores da rescisão contratual estão previstos nos incisos I a XVII e parágrafo único do art. 78, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e ocorrerá nos termos do art.79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DEZOITO - DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

No caso de atraso injustificado na prestação dos serviços, a SSP poderá garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) **Advertência**.

b) **Multa de 0,33%** (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços e por ocorrência de ato ou fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) **Multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado;

d) **Suspensão temporária** de participação em licitações com a Administração por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

e) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a SSP pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratada que ensejar o retardamento da execução dos serviços, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos realizados pela SSP ou cobradas diretamente da empresa,

amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo máximo para recolhimento das multas será de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA CONSULTA AO CEI

A realização de pagamentos e eventuais aditamentos a este contrato, feitos em favor da **CONTRATADA**, ficam condicionados à consulta prévia pela **CONTRATANTE** ao **Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI**, para verificação da situação da **CONTRATADA** em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6°, da Lei Estadual n° 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA VINTE - DA HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** designará o servidor para fiscalização do Contrato, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA** sem ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA BASE LEGAL

Na interpretação deste Contrato e nos casos omissos será aplicada a Lei Federal nº 8.666/93, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, cabendo a **CONTRATANTE** mandar providenciar a publicação nos termos que dispõe o Art. 61, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

E, para a firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís, ____ de _____de 2018.

_____

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

CPF N°

_____

CPF N°

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP-MA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A

Secretaria de Estado da Segurança Pública -SSP

Ref.: **PREGÃO Nº 16/2018 – CSL/SSP-MA**

A Empresa _____, signatária inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, sob as penas da lei, nos termos do Art. 4º, inciso VII da Lei Federal 10.520/2002, de 19 de dezembro de 2012, que tem conhecimento e atende plenamente as exigências de habilitação do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018- SSP/MA**

.

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2018 – SSP-MA

ANEXO VIII

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO.

A

Secretaria de Estado da Segurança Pública -SSP

Ref.: PREGÃO Nº 16/2018 – CSL/SSP-MA

Prezados Senhores,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., com sede na ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)....., R.G. nº....., CPF nº ....., **DECLARA** para os fins de direito, caso seja declarada vencedora do certame e celebrado o respectivo Contrato Administrativo, que se compromete a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde do trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

LOCAL E DATA

Nome e assinatura do representante Legal